



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

EDUARDO RODRIGUES ALVES

O PATRIMÔNIO QUILOMBOLA DE TURURU-CE

FORTALEZA

2018

EDUARDO RODRIGUES ALVES

O PATRIMÔNIO QUILOMBOLA DE TURURU-CE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira.

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A478p Alves, Eduardo Rodrigues.

O patrimônio quilombola de Tururu-CE / Eduardo Rodrigues Alves. – 2018.
63 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, 3, Fortaleza, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira.

1. Patrimônio. 2. Comunidades Quilombolas. 3. Geoeducação. I. Título.

CDD

O PATRIMÔNIO QUILOMBOLA DE TURURU-CE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em Geografia.

Aprovado em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Jader de Oliveira Santos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Alecsandro José Prudencio Ratts
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Ms. Jesica Wendy Beltrán Chasqui (UFC)

Aos meus pais, Francisco e Josete, as duas metades de minha essência.

AGRADECIMENTOS

Iniciar os agradecimentos na conclusão desta graduação significa retornar para antes mesmo do início desta caminhada acadêmica. Os primeiros passos de minha própria caminhada se realizaram sob a tutela de meus pais, Francisco e Josete. Meus primeiros professores, sem os quais não seriam repassados os conhecimentos fundamentais da vida para mim e para minha irmã, Joyce, a quem também sou grato pela família que constituímos. Um verdadeiro pilar que me deu suporte emocional e financeiro ao longo de minha vida. Também agradeço a minha tia Juvanete, pelo grande zelo pela educação de seus sobrinhos e a meus familiares residentes no município de Tururu, minha avó Francisca, minha tia Maria José e minha prima Letícia, que tanto me deram apoio nos trabalhos de campo da pesquisa.

Sem esta família, hoje eu não poderia ser grato também a Deus, um dos grandes fascínios que movem a minha vida, uma busca constante em um encontro comigo e com aqueles que passam pela minha vida.

E pensando em quem caminha lado a lado, é preciso reconhecer a importância de quem se tornou a minha parceira mais próxima e mais bela nesta graduação, Marnielly Barbosa. Sou grato pelo carinho especial, compreensão e paciência, e pelo próprio acompanhamento no desenrolar desta pesquisa, dos diálogos aos trabalhos de campo juntos.

Não poderia deixar também de agradecer ao PET Geografia UFC por me abrir as portas ao mundo da pesquisa e por me proporcionar uma formação qualificada ao longo de três anos de minha graduação. Agradeço a todos os bolsistas que estiveram comigo nesta temporada e, de modo particular, a Thiago Lima, Matheus Marques, Deborah Amorim e Jader Santos pelos auxílios com o trabalho.

Agradeço ao meu orientador, Christian Dennys, que sempre me colocou a refletir e a aprender por perspectivas interessantes, na condição de professor e de pesquisador. As aulas, trabalhos de campos, grupos de estudo e até simples conversas sempre foram campos férteis para minha formação.

Também agradeço aos integrantes da banca, Jader Santos, Alex Ratts e Jesica Beltrán, pessoas amplamente qualificadas a quem confiei plenamente a tarefa de tecer contribuições qualitativas para o presente trabalho. De modo especial, agradeço ao prof^o Alex Ratts pela rica experiência na visita à Conceição dos Caetanos, repleta de reflexões e aprendizados.

Aos moradores de Conceição dos Caetanos e de Água Preta, também deixo meus agradecimentos pela colaboração para com a realização desta pesquisa. De modo especial,

agradeço a Dona Bibiu e Dona Toinha, Adailton Caetano e Sandra Caetano, por articularem comigo algumas etapas cruciais da pesquisa.

De maneira particular, à Escola Municipal de Ensino Fundamental Caetano José da Costa, que no período de conclusão deste trabalho tornou-se reconhecida como Escola Quilombola. Ao seu corpo gestor e docente, pela ampla aceitação quanto as atividades desenvolvidas, que compõem parte importantíssima deste trabalho.

Ademais, agradeço a todos os professores e professoras que contribuíram com o meu aprendizado ao longo do curso e aos meus amigos e colegas de graduação, com quem os trabalhos em conjunto, as conversas e as brincadeiras tornaram esta jornada mais leve, proveitosa e agradável: Jair Bezerra, Caroline Tavares, João Lucas, Emerson Moreira, Gabriel Mesquita, Thiago Consul, Dimas de Brito, Senna Farias, Herbster Alencar, Débora Holanda, Marcos Rocha e Lucas Gondim.

RESUMO

Por meio de uma análise qualitativa de recorte cultural e social, o trabalho busca compreender o processo de reconhecimento patrimonial das comunidades quilombolas do município de Tururu-CE a partir de relações e problemáticas que desafiam sua visibilidade no âmbito municipal. As Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQs) de Tururu, Conceição dos Caetanos e Água Preta, apresentam desafios no que diz respeito ao seu reconhecimento enquanto patrimônio geoeeducacional. A base conceitual do estudo direcionou-se para a compreensão da territorialidade e dos aspectos culturais destes grupos. A metodologia incluiu pesquisa documental, trabalhos de campo com entrevistas semiestruturadas e práticas de Educação Patrimonial e Mapeamento Participativo. Foram identificadas relações intracomunitárias, intercomunitárias e intermunicipais, que refletem desafios e demandam estratégias ao reconhecimento valorativo destas CRQs. A partir das práticas geoeeducativas, foi possível compreender que o reconhecimento valorativo destes territórios se dá a partir da capacidade de reivindicação por parte das próprias comunidades, mas também pela capacidade de assistência do poder público em suas diferentes esferas. Portanto, demanda-se uma maior articulação entre diferentes agentes em diferentes escalas, bem como o aperfeiçoamento de práticas geoeeducacionais para o fomento deste processo valorativo.

Palavras-chave: Patrimônio; Comunidades Quilombolas; Geoeducação.

ABSTRACT

Through a qualitative analysis of cultural and social clipping, the work seeks to understand the process of patrimonial recognition of the quilombolas territories of the municipality of Tururu-CE from relations and problematics that challenge their visibility in the municipal scope. The Quilombo Remnant Communities (CRQs) of Tururu, Conceição dos Caetanos and Água Preta, present challenges regarding their recognition as geoeducational patrimony. The conceptual basis of the study was directed towards the understanding of territoriality and the cultural aspects of these groups. The methodology included documental research, fieldwork with semi-structured interviews and practices of Patrimonial Education and Participatory Mapping. Intra-community, intercommunal and intermunicipal relations have been identified, which reflect challenges and demand strategies for the recognition of these CRQs. Based on geoeducational practices, it was possible to understand that the value recognition of these territories is based on the capacity of the communities themselves to claim, but also on the capacity of public authorities to assist in their different spheres. Therefore, it is demanded a greater articulation between different agents in different scales, as well as the improvement of geoeducational practices to foment this value process.

Keywords: Patrimony; Quilombolas Communities; Geoeducation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 --	Mapa dos municípios cearenses com CRQs certificadas até abril de 2018	14
Figura 2 -	Mapa de localização das CRQs situadas em Tururu-CE	15
Figura 3 -	Estrutura de conceitos da pesquisa	26
Figura 4 -	Escalas de análise propostas para a pesquisa	27
....		
Figura 5 -	Missa Afro na Comunidade de Conceição dos Caetanos em 2017	36
Figura 6 -	Diálogo na Praça da Igreja de Nossa Senhora das Graças realizado no trabalho de campo em Conceição dos Caetanos	47
Figura 7 -	Diálogo no ponto de embarque e desembarque de passageiros realizado no trabalho de campo em Conceição dos Caetanos.....	48
Figura 8 -	Mapeamento participativo com a técnica de <i>overlay</i> em Conceição dos Caetanos	50
....		
Figura 9 -	Mapa patrimonial participativo de Conceição dos Caetanos	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRQ	Comunidade de Remanescentes de Quilombo
MNU	Movimento Negro Unificado
FCP	Fundação Cultural Palmares
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PPP	Projeto Político Pedagógico
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
PNME	Programa Novo Mais Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 BASES TEÓRICAS E PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	20
2.1 Referencial teórico.....	21
2.2 Metodologia.....	26

3 AVANÇOS E DESAFIOS DA VISIBILIDADE AO PATRIMÔNIO QUILOMBOLA DE TURURU-CE.....	31
3.1 Relações intracomunitárias.....	31
<i>3.1.1 Aspectos da territorialidade e organização comunitária.....</i>	<i>31</i>
<i>3.1.2 Aspectos políticos e econômicos.....</i>	<i>33</i>
<i>3.1.3 Aspectos culturais e educacionais.....</i>	<i>35</i>
3.2 Relações Intercomunitárias.....	41
3.3 Relações intramunicipais.....	43
4 CAMINHANDO COM A GEOGRAFIA RUMO A VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL	45
<i>4.1 A Comunidade como Espaço educativo.....</i>	<i>45</i>
<i>4.2 O Mapeamento Colaborativo como ferramenta geoeducacional para as CRQs.....</i>	<i>49</i>
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	58
APÊNDICE A - QUADRO DE CRQS CEARENSES CERTIFICADAS PELA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (2018) ATÉ ABRIL DE 2018.....	61
APÊNDICE B - QUADRO DE TÓPICOS PARA A DISCUSSÃO EM TORNO DO AUDIOVISUAL “DOS GRILHÕES AO QUILOMBO”.....	62
APÊNDICE C - BANNER DO MAPEAMENTO PATRIMONIAL PARTICIPATIVO COM ELEMENTOS MATERIAIS E IMATERIAIS DE CONCEIÇÃO DOS CAETANOS.	63

1 INTRODUÇÃO

O conceito de patrimônio cultural, na ciência geográfica, pode ser entendido como uma referência cultural dos grupos humanos e que por meio das categorias de análise da Geografia adquire uma expressão espacial, representando um dos caminhos na análise da dimensão geográfica da cultura (FIGUEIREDO, 2013). Trata-se de um conceito cuja abordagem vem crescendo nos trabalhos acadêmicos de geógrafos, sobretudo com a Geografia Cultural, e que contribui para o entendimento sobre contextos socioespaciais dotados de identidades culturais tradicionais, como as comunidades quilombolas no Brasil.

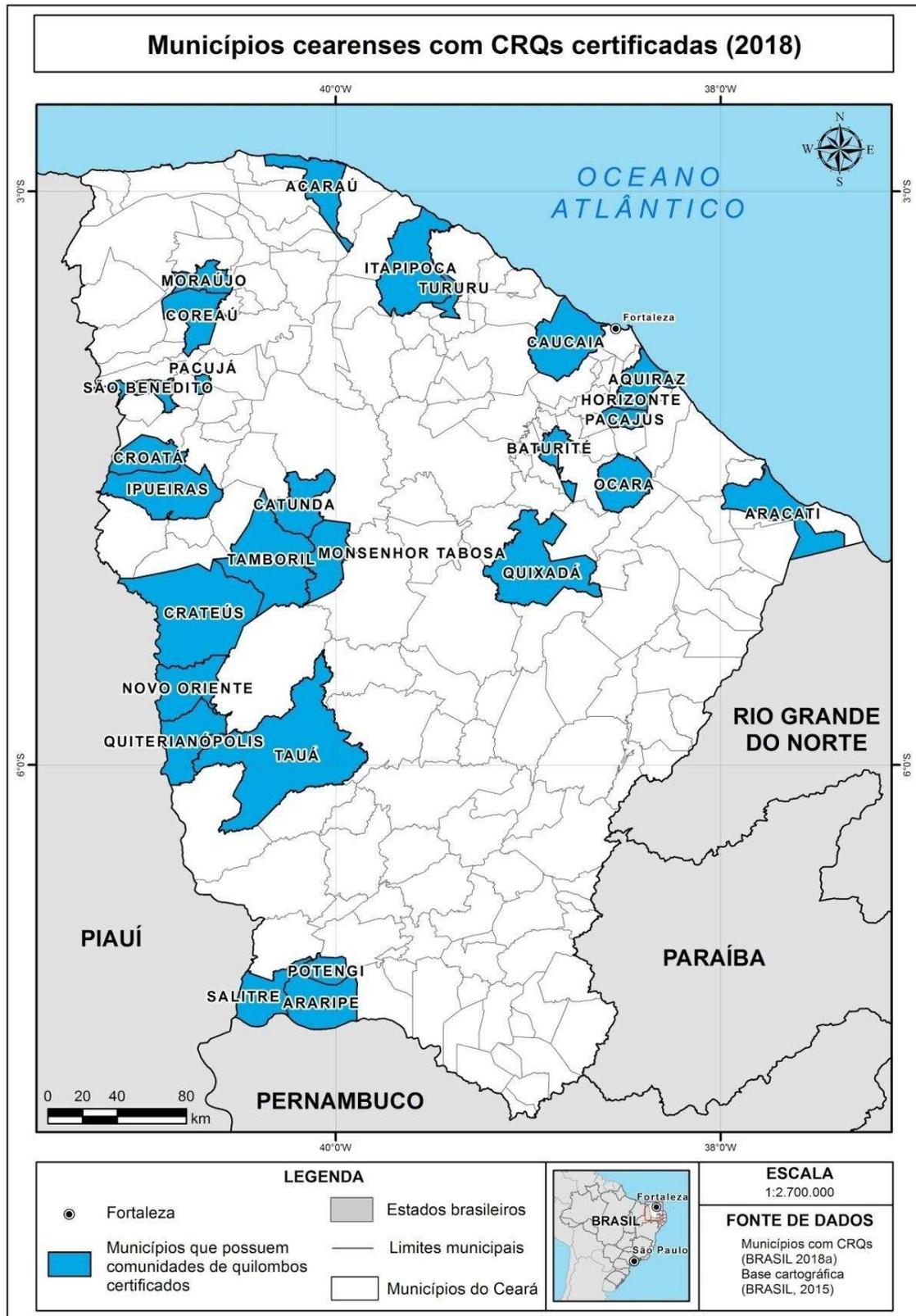
As comunidades quilombolas no Brasil estão presentes de maneira extensiva no território nacional. Desde seu surgimento, tais agrupamentos representam espaços de resistência. De acordo com Berutti, Lisboa e Santos (2012),

Os quilombos, nascidos da resistência à escravidão e da busca pela liberdade, foram, ao longo do tempo, perdendo esse objetivo inicial. Atualmente são redutos de uma cultura preservada, os quais denominamos de “comunidades quilombolas” ou “remanescentes de quilombos”. (BERUTTI; LISBOA; SANTOS, 2012, p. 33)

Tratam-se de grupos étnicos com aspectos históricos, territoriais e culturais bastante próprios, pois são a partir destes elementos que se diferenciam dos demais grupos e constituem sua própria identidade na contemporaneidade. Cunha Junior (2012) entende que “identidade e territorialidade são dois requisitos fundamentais construídos para a definição de referência cultural (...) do que vem a ser os patrimônios culturais materiais e imateriais” (CUNHA JUNIOR, 2012). Assim, o conceito de comunidade quilombola, ou comunidade remanescente de quilombo, se insere no âmbito dos patrimônios culturais (que podem ser materiais e imateriais) produtores de identidades e de territorialidades.

A Fundação Cultural Palmares (FCP) é o órgão nacional responsável por fazer a certificação das comunidades quilombolas. Este processo visa lhes dar maior visibilidade e garantir os direitos das comunidades quilombolas, além do acesso a programas sociais do Governo Federal. No estado do Ceará, a FCP certificou um montante de 50 CRQs, até abril de 2018 (BRASIL, 2018a). A distribuição de municípios cearenses em que estas CRQs certificadas se inserem pode ser visualizada no mapa seguinte (Figura 1).

Figura 1 - Mapa dos municípios cearenses com CRQs certificadas até abril de 2018.



Fonte: Adaptado de Fundação Cultural Palmares, 2018.

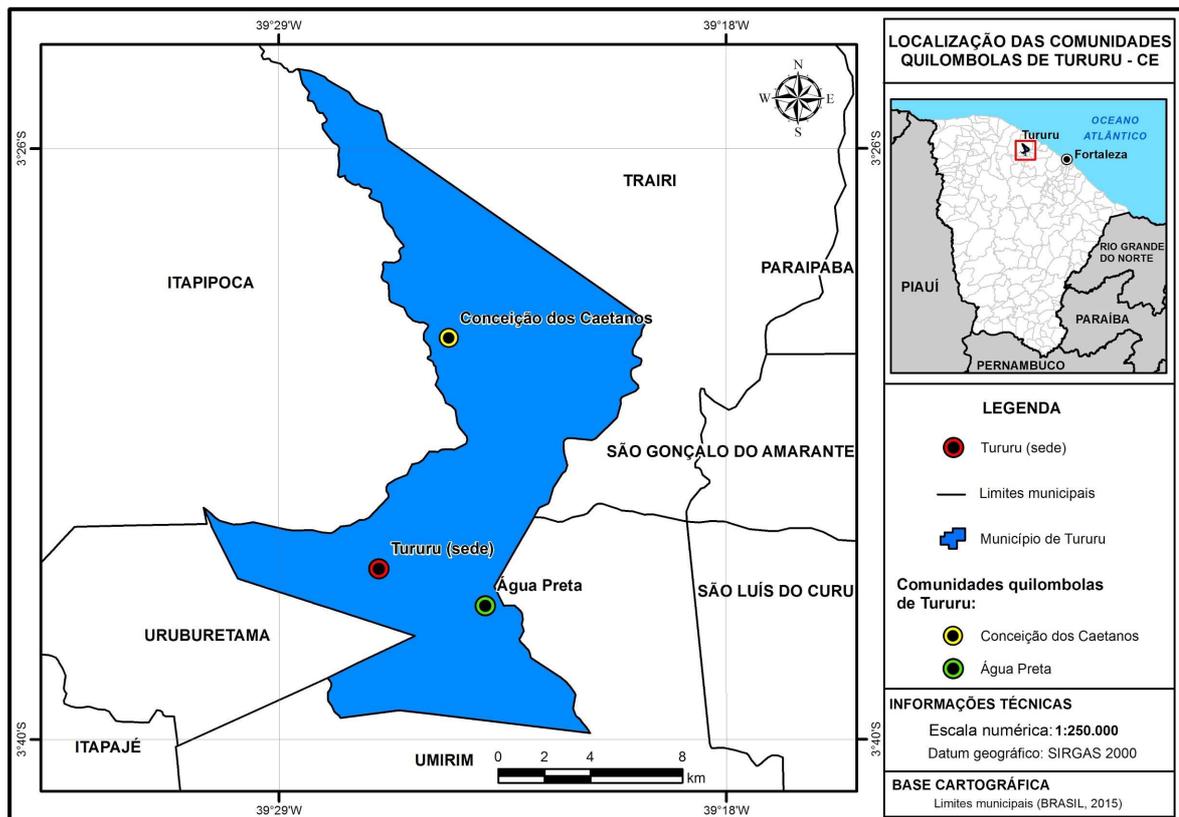
Apesar da quantidade de CRQs cearenses reconhecidas atualmente, o número de comunidades quilombolas estimado por ONGs e grupos vinculados às estas comunidades

indicam um número ainda maior de CRQs presentes no Ceará, das quais a maior parte ainda não teve o processo de reconhecimento finalizado.

Apesar do relativo avanço no reconhecimento das CRQs, a identificação destes espaços não significa por si só a garantia de seus direitos e a sua valorização enquanto patrimônios culturais. É preciso que haja a garantia de recursos essenciais, como: a titulação de suas terras, acesso a moradia, saneamento básico, saúde e uma educação adequada à cultura quilombola. Também é fundamental que o Estado colabore com a valorização da cultura preservada por estes grupos, pois estes fatores viabilizam salvaguarda do que entende-se aqui como patrimônio cultural quilombola.

O estado do Ceará teve em 2004 o primeiro reconhecimento efetivo de CRQs cearenses, com as comunidades que serão abordadas neste trabalho, Conceição dos Caetanos e Água Preta, situadas no município de Tururu (Figura 2).

Figura 2 - Mapa de localização das CRQs situadas em Tururu-CE.



Fonte: Elaborada pelo autor, 2018.

Apesar de serem as CRQs cearenses mais antigas em termos de oficialização, ambas as CRQs de Tururu ainda apresentam desafios no sentido da valorização sob a ótica do patrimônio cultural.

O processo de (auto)reconhecimento destas e de outras comunidades quilombolas vincula-se ao processo de percepção e valorização de sua identidade, que por sua vez perpassa pelas territorialidades construídas ao longo do tempo no espaço geográfico. Com isso, foram construídos questionamentos iniciais: De que forma esta identidade é percebida e construída internamente em cada uma destas comunidades? Qual interatividade é estabelecida entre as duas comunidades no que tange a valorização conjunta deste patrimônio quilombola? Em que medida as comunidades quilombolas são percebidas enquanto patrimônios na escala intramunicipal de Tururu-CE, sobretudo pela sua gestão pública? Quais mecanismos geoeeducativos podem ser utilizados para uma interpretação espacial destas questões e a percepção deste patrimônio quilombola?

Com base nestas questões, o presente estudo discute questões intrínsecas a valorização do patrimônio cultural composto pelas comunidades quilombolas de Tururu-CE no âmbito de sua municipalidade. Esta abordagem se dá a partir dos vínculos entre patrimônio quilombola sob a categoria de análise território, envolvendo a territorialidade destes grupos, algo que reflete em sua cidadania e que envolve o reconhecimento destes grupos em sua municipalidade. Diante do contexto e da temática propostos, emerge como objetivo central:

- Compreender o processo de reconhecimento patrimonial dos territórios quilombolas do município de Tururu-CE a partir de relações e problemáticas que desafiam sua visibilidade no âmbito municipal.

E partir desta questão principal, ramificam-se objetivos específicos que contribuem para o seu entendimento:

- Identificar o (auto)reconhecimento das CRQs em torno de seu patrimônio cultural e de sua territorialidade.
- Analisar a relação entre as CRQs no processo de fortalecimento de sua identidade e de busca por representatividade no âmbito municipal.
- Relacionar a capacidade de suporte da gestão municipal com as demandas geradas pelas CRQs acerca de seus elementos histórico-culturais.
- Propor mecanismos geoeeducacionais e estratégias para o aperfeiçoamento da percepção sobre os patrimônios quilombolas.

Para o entendimento de algumas questões em torno da representatividade das comunidades quilombolas tururuenses no âmbito de sua municipalidade, é importante primeiramente se ater, ainda nesta etapa introdutória, a uma breve caracterização do referido município, e em seguida, partindo do entendimento sobre Tururu em seu contexto regional, dirigir atenção propriamente para as questões emergentes da relação entre município e CRQs.

Tururu se estende por 202,3 km². Em 2010, contava com 14.408 habitantes (BRASIL, 2010), mas há estimativas de que esta população em 2018 seja de 16.105 habitantes (BRASIL, 2018b). Seu território é composto majoritariamente por zona rural, com pequenas manchas urbanas nas sedes de seus quatro distritos: Tururu (sede), São Pedro do Gavião, Conceição e Cemoaba. Em termos de domínios naturais (CEARÁ, 2007), o território do município dispõe sobretudo de sertões, com uma pequena parcela a sudoeste marcada por serras úmidas. Além disso, a partir da análise de dados mais detalhados em Sistema de Informação Geográfica (SIG) da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), é possível observar planícies fluviais em função do Rio Mundaú, além de tabuleiros costeiros (ALVES; LIMA; SANTOS JUNIOR, 2016).

O município integra a Microrregião Geográfica de Uruburetama, junto com os municípios de Uruburetama, Itapajé e Umirim. Em termos de hierarquia urbana, a microrregião apresenta centralidade em torno do município de Uruburetama. A região é caracterizada pela presença da Serra de Uruburetama, onde fica a nascente do rio Mundaú. O rio alimenta o Açude Mundaú e o Açude Gameleira, que por sua vez abastece o município de Itapipoca. O rio também abastece os distritos que o margeiam, facilitando a prática da agricultura, até desaguar no Oceano Atlântico pelo município de Trairi.

Tururu também limita-se de leste a sul com Itapipoca, cidade que apresenta centralidade na região de planejamento Litoral Leste / Vale do Curu. O rio Mundaú acompanha estes limites municipais dividindo os dois municípios. Devido seu maior desenvolvimento, sobretudo econômico, Itapipoca também centraliza determinados fluxos com seus municípios vizinhos, incluindo o município de Tururu. Neste sentido, podemos compreender este município inserido dentro de diferentes escalas regionais e por suas relações com outros municípios.

O mesmo teve a sua emancipação política como município no ano de 1987, saindo do território do município homônimo da microrregião e completando 31 anos de emancipação política no ano de 2018. No portal de sua prefeitura municipal, é possível visualizar datas comemorativas institucionalizadas no âmbito municipal. São estas: o Aniversário de Emancipação (02 de agosto); a Festa do Caju - CajuFest (30 de setembro); o Dia da Consciência Negra (20 de novembro); e o dia da Padroeira do município, Nossa Sra. da Conceição (08 de dezembro). Interessante destacar a participação das CRQs nestas festividades de feriados municipais, e o destaque que o município faz ao dia da consciência negra, institucionalizada nacionalmente e destacada na escala municipal.

Entretanto, a representatividade e o envolvimento cidadão das comunidades quilombolas no município não se efetiva apenas por via destas participações pontuais ao longo do calendário anual. Do contrário, até mesmo a ênfase dada a uma festividade como o dia 20 de novembro, quando o município “direciona holofotes” para a negritude de seu município, pode ser o caminho para o entendimento precipitado de que existe representatividade para estas comunidades quilombolas.

Uma sequência de capítulos e tópicos estruturados foi elaborada de maneira a corresponder processualmente a estes objetivos propostos.

Assim, o primeiro capítulo consta de uma exposição do referencial teórico e das etapas metodológicas da pesquisa. Nele, há a composição de um embasamento teórico com autores e conceitos adequados à problemática proposta e passíveis ao estabelecimento de conexões entre si para embasar as etapas metodológicas da pesquisa.

Na sequência dos conceitos norteadores, e de acordo com as limitações de um trabalho destas dimensões, dispõe-se as etapas metodológicas da pesquisa, com um detalhamento de períodos para a realização das etapas e dos recursos utilizados, estratégias e parcerias estabelecidas para alcançar os objetivos propostos.

Dando continuidade, o primeiro capítulo de resultados da pesquisa, “Avanços e desafios da visibilidade ao patrimônio quilombola de Tururu-CE”, busca realizar um panorama da questão patrimonial quilombola do município a partir de uma análise em diferentes escalas geográficas pautada por diferentes relações estabelecidas em torno da temática escolhida. Os tópicos “relações intracomunitárias”, “relações intercomunitárias” e “relações intramunicipais” revelam esta diferença de escalas e cada uma delas nos trouxe a possibilidade de analisar diferentes relações (convergentes e divergentes) e variáveis (internas e externas) que ajudam a elucidar parte das questões norteadoras do trabalho.

Ainda visando construir uma estrutura de trabalho coesa e bem delimitada, foram estabelecidos subtópicos para este capítulo. Em “relações intracomunitárias”, o recorte específico de cada CRQ tururuense nos traz aspectos “territoriais e organizacionais”, “políticos e econômicos” e “culturais e educacionais”, a partir dos quais tem-se uma caracterização individualizada ou, em alguns casos, conjugada. Fatores que dão base para compreender as “relações intercomunitárias”. Neste segundo tópico, entende-se os vínculos históricos entre Conceição dos Caetanos e Água Preta, sobretudo na articulação destes dois grupos em seus processos de (auto)reconhecimento e de busca por valorização cultural e participação cidadã no âmbito municipal.

Ampliando então a escala de análise, o tópico “relações intramunicipais” para trata da relação entre o município de Tururu-CE, principalmente a partir de sua gestão pública, e as CRQs do município. Entretanto, antes desta análise, o texto dispõe de uma caracterização sintética de Tururu, entendendo-o dentro de seus aspectos econômicos e populacionais e tendo em vista a sua regionalização no estado do Ceará. E é com base nesta caracterização e no entendimento das questões anteriores que se pode entender as relações entre comunidades quilombolas e gestão municipal em torno do recorte temático selecionado.

Levando em conta este apanhado de aspectos, o capítulo “Caminhando com a Geografia rumo ao reconhecimento patrimonial” relata práticas coletivas e educativas realizadas junto à comunidade de Conceição dos Caetanos. Tais práticas, que demonstram potencialidades que a Geografia proporciona a comunidades tradicionais, constam de duas diferentes metodologias participativas com base nos conhecimentos geográficos e na parceria entre pesquisador/licenciando e escola/comunidade. Os exercícios buscaram fortalecer o entendimento da/sobre a Comunidade em torno de suas características territoriais, identitárias, culturais e, logo, geográficas. Assim, o tópico “A Escola na Comunidade e a Comunidade como espaço geoescolástico” reflete sobre a importância da aproximação entre escola e comunidade por meio de práticas educativas realizadas ao longo da pesquisa na interface com a Geografia Escolar e a EQMEF Caetano José da Costa; e o tópico “O Mapeamento Colaborativo como ferramenta geoescolástica para as CRQs” para considerar a importância da apropriação dos conhecimentos geográficos por parte das CRQs e as contribuições desta ciência no processo de (auto)reconhecimento e valorização destes grupos.

Após este capítulo, nossas considerações finais dispõem de uma síntese das principais reflexões construídas ao longo do trabalho, possibilitando-nos reforçar nossas conclusões e traçar algumas continuidades para o trabalho em torno abordagem, amplo em suas diferentes questões, sujeitos e escalas geográficas.

2 BASES TEÓRICAS E PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Esta pesquisa assume caráter qualitativo com recorte cultural e social. E enquadra-se em um perfil de investigação exploratório, aberto a rearticulação de problemáticas geográficas distintas. Álvaro Heidrich (2016) compreende a pesquisa qualitativa como:

a prática ou conjunto de procedimentos voltados à coleta de informações que envolvem o uso da linguagem, em geral objetivadas para a captura de subjetividades e/ou significados contidos nos textos produzidos no levantamento em trabalho de campo. (HEIDRICH, 2016. p.22)

O autor interpõe Geografia Cultural e Social para a composição de um novo campo de pesquisa, considerando as práticas de pesquisa com enfoque qualitativo como “essenciais no campo das humanidades e nas geografias orientadas para os estudos de cultura e sociedade”. De modo que algumas indicações propostas no mesmo texto foram incorporadas na presente pesquisa, tais como: a utilização de entrevistas semiestruturadas; a assunção de uma postura de observação participante e a visualização da etnografia e da história oral como potencialidades investigativas. Tais procedimentos serão melhor explicados posteriormente.

A observação participante pode ser percebida como uma inserção do pesquisador enquanto sujeito de considerável envolvimento com práticas coletivas desenvolvidas ao longo da pesquisa, caracterizando-o como um agente ativo que não apenas observa, mas também participa do processo de construção destas práticas.

Para construir a compreensão proposta como objetivo central, foi preciso estabelecer algumas etapas de trabalho descritas ao longo deste capítulo. A primeira delas trata-se da construção de um referencial teórico básico fortalecido ao longo do tempo de pesquisa e que serviu como guia para seu desenvolvimento. Em seguida, a metodologia para reconhecimento da questão patrimonial das comunidades incluiu entrevistas semiestruturadas, trabalhos de campo, pesquisa documental, e vivências de ensino e aprendizagem. Estas diferentes técnicas de deram com o envolvimento de diferentes sujeitos em variadas escalas de análise. Como forma de contribuição ao processo de valorização do patrimônio cultural, foram desenvolvidos os exercícios de educação patrimonial e de mapeamento participativo junto à comunidade de Conceição dos Caetanos. Esta última etapa se deu a partir da utilização dos conhecimentos geográficos e da projeção desses exercícios enquanto possibilidades ao reconhecimento valorativo do patrimônio quilombola de Tururu.

Por conta do prazo estimado para a conclusão desta etapa e do trabalho de conclusão de curso, além da necessidade de recursos e outras articulações, foi viável a realização destas últimas atividades apenas em Conceição dos Caetanos, devido também a

facilidade de estadia nos trabalhos de campo e a facilidade de acesso à Comunidade. Entretanto, como será explanado posteriormente, as práticas realizadas emergem reflexões e entendimentos válidos para as comunidades quilombolas, sobretudo de Tururu, que compartilham de contextos, problemáticas e algumas dinâmicas semelhantes.

2.1 Referencial teórico

A análise em torno do patrimônio quilombola de Tururu demandou uma rede conceitos interligados para embasar a leitura dos fenômenos presentes no contexto municipal em torno deste objeto de estudo. Inicialmente, é preciso levar em conta o próprio entendimento sobre as comunidades quilombolas na atualidade. O termo Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) foi institucionalizado com a Constituição de 1988. Tal marco representou um avanço no processo de valorização da população afrodescendente no Brasil, e se deu com bastante empenho do Movimento Negro Unificado (MNU) e de outras organizações do povo negro brasileiro. Mas, apesar do tratamento da questão quilombola ter se iniciado antes mesmo da institucionalização do termo em 1988 (CUNHA JUNIOR, 2012), as CRQs enfrentam ainda hoje a falta de assistência no âmbito das políticas públicas. A busca por valorização teve um avanço considerável com as Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (Conapir), a partir de 2005, mas esta valorização apresenta impasses não resolvidos e que desafiam a representatividade socioespacial desses grupos.

Uma legislação mais recente, o Art. 2º do Decreto 4.887/2003 (BRASIL, 2003), define como remanescentes de comunidades quilombolas os “grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. Seu §2 define as terras quilombolas como terras ocupadas por remanescentes de quilombolas e utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

À primeira vista desta legislação, percebe-se que a identificação oficial das CRQs reconhece a relevância cultural destes espaços. Frente a relevância cultural, é importante compreender o conceito de patrimônio cultural, que engloba diferentes expressões espaciais constituídas em identidades. De acordo com Figueiredo (2013),

Quando o espaço transpõe o tempo na memória social ele torna-se patrimônio, campo conflituoso de representações sócio-políticas. Trata-se de um balanço provisório e teórico, procurando dar densidade às reflexões sobre o uso e ocupação do território a partir da patrimonialização. (FIGUEIREDO, 2013)

O mesmo autor entende o patrimônio cultural como “conjunto de todos os bens que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo” (FIGUEIREDO, 2013, p. 59). Entende também que a preservação deste patrimônio cultural visa “à continuidade das manifestações culturais, promove a melhoria da qualidade de vida da comunidade, implica na manutenção de seu bem-estar material e espiritual e garante o exercício da cidadania” (*ibidem*, p. 59).

Assim é possível compreender a relação entre o patrimônio cultural e a espacialidade dos grupos humanos, e que esta relação tem grande importância para entender a relação entre território e o patrimônio cultural das CRQs.

A compreensão em torno do conceito de território se estabeleceu a partir de Haesbaert (2007; 2008). Segundo o autor, o território esteve por muito tempo vinculado à ideia de *terra-territorium*, com dominação jurídica/política do espaço e também esteve associado ao entendimento de *terreoterritor*, com imposição de força e medo para o deter seu controle (HAESBAERT, 2008, p. 19). Entretanto, atualmente o território passa a ser entendido também pelo viés cultural, passando a destacar sentidos de apropriação simbólica do espaço.

Em Haesbaert (2007), existem três diferentes dimensões em torno do território: econômica, política e cultural. A perspectiva econômica de território interpreta-o como recurso econômico, vislumbrando uma rede de territórios com funções econômicas diferenciadas no espaço geográfico. A perspectiva política de território se refere mais incisivamente à relação espaço-poder, mas um poder que não é obrigatoriamente exercido pelo Estado, e sim por uma gama de atores e agentes que atuam no espaço geográfico. Já a perspectiva cultural ou simbólico-cultural, interpreta o território como resultado da apropriação simbólica que grupos humanos de pessoas faz de um espaço.

Pode-se estabelecer uma aproximação entre a expressão de territorialidade das comunidades quilombolas por estas três diferentes perspectivas do território, entretanto, é pela perspectiva simbólico-cultural que se compreende a apropriação simbólica do território, composta por referências histórico-culturais, que caracteriza a territorialidade das comunidades quilombolas. De modo que esta terceira perspectiva ganha maior peso na proposta deste trabalho, uma vez que enfatiza a relação humana com o espaço por meio da associação simbólico-cultural, produzindo territorialidades, relações entre território e identidade (HAESBAERT, 2007).

Esta relação sócio territorial representa um processo fundamental para a construção de uma identidade em torno dos elementos culturais do patrimônio quilombola. Cunha Junior (2012), entende que a identidade se associa com a territorialidade constituindo um conjunto de referência cultural para aquilo que vem a ser denominado como patrimônio cultural.

Identidade e territorialidade são dois requisitos fundamentais para a definição de referência cultural e esta, por sua vez, para os conceitos ampliados do que vem a ser os patrimônios culturais materiais e imateriais. A referência cultural tem forte vinculação com a relação de pertencimento da “nossa identidade” e com a “nossa territorialidade”. (CUNHA JUNIOR, 2012, p. 163)

A partir desta assertiva, a concepção de comunidade remanescente de quilombo se insere no âmbito dos patrimônios culturais, materiais e imateriais, produtores de identidades e de territorialidades. Atualmente, tais comunidades são percebidas no campo da identidade cultural, do território e da permanência histórica e não apenas em torno dos aspectos étnicos e da lógica de proteção contra o escravismo (CUNHA JUNIOR, 2012. BERUTI; LISBOA; SANTOS; 2012).

Para melhor compreender os grupos abordados no trabalho, foram consultadas obras que apresentam importantes informações sobre as comunidades quilombolas no Brasil, tais como Beruti, Lisboa e Santos (2012) e Anjos (2006; 2009); sobre as comunidades quilombolas no contexto cearense, como Cunha Junior, Silva e Nunes (2011); e também com uma abordagem específica sobre as comunidades quilombolas abordadas neste trabalho, por meio de Ratts (2000), Calaça, Domingos e Cunha Junior (2011) e Caetano (2015), sendo esta uma professora moradora da comunidade de Conceição dos Caetanos.

Feita a relação entre os conceitos de patrimônio cultural, comunidades quilombolas e territorialidade, e a partir das obras sobre o contexto quilombola cearense, foi possível visualizar a distribuição destas comunidades atualmente. Até o mês de julho de 2010, o Brasil, por meio da Fundação Cultural Palmares (FCP), certificou 1523 comunidades quilombolas. Deste total, 25 comunidades situavam-se no Ceará (CALAÇA; DOMINGOS; CUNHA JUNIOR, 2011). Já em abril de 2018, o total era de 3040 CRQs reconhecidas oficialmente no território nacional, sendo: 147 (5%) no Centro-Oeste, 177 (6%) no Sul, 356 (12%) no Norte, 447 (15%) no Sudeste e 1910 (63%) no Nordeste. Da parcela nordestina, apenas 50 CRQs certificadas (2,6% do contingente nordestino) situam-se no Ceará (APÊNDICE A).

O intervalo temporal representado demonstra que o número de CRQs certificadas no Ceará duplicou. Os números inferem um andamento do processo de identificação destas

comunidades por parte do Estado, entretanto, o levantamento feito por organizações sociais ligadas às comunidades quilombolas cearenses estimam um número bem maior de comunidades ainda não certificadas.

Para os exercícios educativos de educação patrimonial e de mapeamento participativo, dispostos no tópico a seguir, foram essenciais algumas referências básicas sobre: a formação e a ação educadora de professores de Geografia (CALLAI, 2013; FREIRE, 2001; PIMENTA; LIMA, 2006); sobre a importância da Geografia para a compreensão de mundo e suas dinâmicas e da temática da pluralidade cultural para o ensino de Geografia (ANJOS, 2006); sobre questões étnico-raciais no ensino (BRASIL, 2004; RATTS, 2010), incluindo o desenvolvimento de experiências e reflexões sobre uma educação antirracista e de projetos com vistas a reafirmação do lugar do povo negro na sociedade brasileira (SANTOMÉ, 1995); e sobre a Educação Patrimonial, aqui entendida como conjunto de processos educativos formais e não formais com enfoque no Patrimônio Cultural, que é apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações (IPHAN, 2014). Também foram norteadoras as contribuições de Oliveira, Lima e Carneiro (2013) acerca da Educação Patrimonial assentada em patrimônios culturais e sua percepção (defasada) no campo da Geografia Escolar.

E para o desenvolvimento da atividade de mapeamento dos elementos patrimoniais culturais da Comunidade, além dos autores que versam sobre as práticas educativas envolvendo a Geografia e o patrimônio cultural, foram fundamentais os autores que tratam sobre as diferentes possibilidades de aplicação do mapeamento participativo (SILVA; VERBICARO, 2006; ANDRADE; CARNEIRO, 2009).

Gisele Girardi (2016), entende o mapeamento participativo como uma atividade potencialmente positiva e emancipatória para as comunidades. E entende que “o objetivo último das práticas de cartografia social ou participativa é promover a visibilidade de territorialidades” (GIRARDI, 2016, p. 88). Esta construção coletiva possibilita uma reflexão coletiva sobre o cotidiano, o exercício de atitudes cidadãs e a até a melhoria da qualidade de vida da população (GORAYEB, MEIRELES E SILVA, 2015).

Girardi (2016) afirma ainda que,

Não há uma metodologia fixa para a realização do trabalho, mas diretrizes gerais que envolvem a realização de oficinas, a capacitação da comunidade para o uso de recursos e técnicas cartográficas, a produção dos mapas e dos fascículos pela equipe técnica a partir do material produzido pelas comunidades nas oficinas, a validação do resultado pela comunidade e a publicação do fascículo. (GIRARDI, 2016, p.87)

Outro importante entendimento sobre a temática se dá com Gorayeb, Meireles e Silva (2015), que entendem que os mapas participativos são construídos:

a partir do envolvimento de vários atores, e não só de apenas um indivíduo ou grupo. Este tipo de mapa tem a característica de aproveitar ao máximo da realidade geográfica, aliás, das realidades vividas em um determinado espaço, diminuindo uma das características do mapa: ele revela a visão do autor. Então, se o mapa é considerado como a abstração do mundo e é sempre elaborado a partir de um ponto de vista, quando se constrói mapas com várias mãos, aumenta-se a probabilidade de aproximação da realidade do mundo. (GORAYEB; MEIRELES; SILVA, 2015, p. 18)

Assim, compreende-se o mapeamento participativo e as práticas de Educação Patrimonial como uma união capaz de desenvolver o ensino e a aprendizagem em Geografia inserindo a comunidade dentro da prática educativa com crianças, jovens, adultos e idosos.

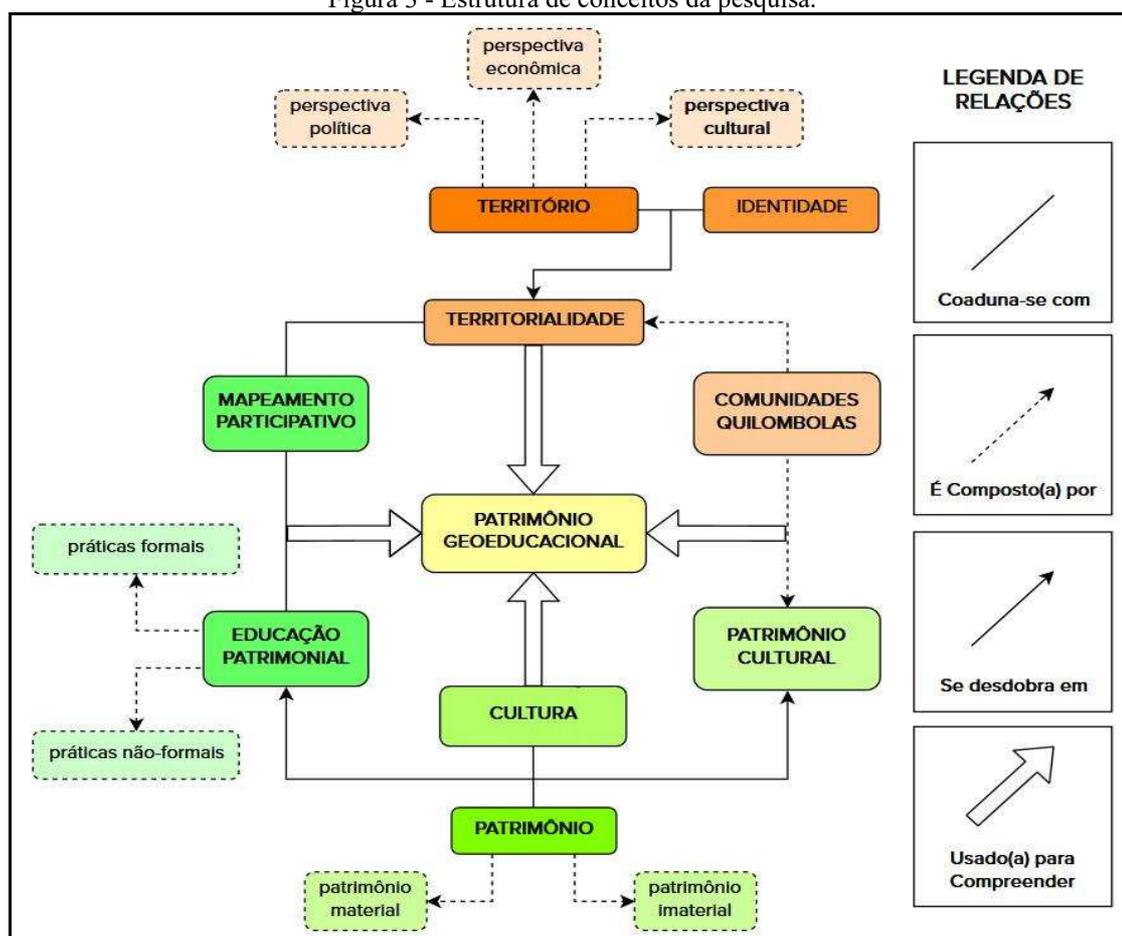
A partir dos conceitos apresentados, o diálogo conceitual volta-se para o conceito de geoeducação, que neste estudo é capaz de incorporar os conceitos anteriormente citados. Para a incorporação do termo no estudo, serviram como base as reflexões construídas por Oliveira (2014; 2015), que entende a geoeducação como:

exercício de envolvimento de uma coletividade, com seu espaço coletivo peculiar (simbólico), visando efetivo aperfeiçoamento da aprendizagem valorativa. Por extensão, tal aperfeiçoamento demanda o equivalente exercício de interpretação espacial do processo educativo. Portanto, a geoeducação é ao mesmo tempo uma prática e um saber contextualizado na ritualização do estar na Terra. (OLIVEIRA, 2015, p.34).

Ampliando este entendimento, enquanto prática, a geoeducação demanda uma série de atividades, formais ou informais, capazes de acolher o potencial educativo presente na territorialidade e a cultura, neste caso, das CRQs. E nesse sentido, é fundamental o engajamento com uma Educação Patrimonial que se permita emergir a partir da interação com os diferentes valores patrimoniais, se opondo a uma conscientização cega da necessidade de proteção daquilo registrado institucionalmente como “patrimonial” (OLIVEIRA, 2014). Já enquanto saber contextualizado, a geoeducação potencializa a análise dos aspectos culturais do território quilombola, que representa um terreno fértil para o aperfeiçoamento geoeeducacional. E por meio deste jogo de relações entre os conceitos, as CRQs representam um patrimônio geoeeducacional a ser reconhecido e valorizado.

A partir do exposto, foi elaborada uma estrutura gráfica (Figura 3) que dispõe os principais conceitos trabalhados nesta pesquisa, seus desdobramentos e inter-relações, visando facilitar a assimilação dos mesmos.

Figura 3 - Estrutura de conceitos da pesquisa.



Fonte: Elaborada pelo autor, 2018.

2.2 Metodologia

O trabalho se desenvolveu nos quatro semestres finais do curso de licenciatura em Geografia. As etapas iniciais do primeiro semestre constituíram-se de uma revisão bibliográfica de textos importantes da Geografia Cultural e do envolvimento com comunidades quilombolas. Neste período se deu a formulação de projeto de pesquisa com vistas a um ano de pesquisa, entretanto, ao longo do desenvolvimento das atividades e disciplinas da graduação e do próprio desenrolar das atividades de leitura, e trabalhos de campo da pesquisa, foi necessário estender a pesquisa por mais um ano de duração, totalizando dois anos de pesquisa. O percurso metodológico foi elaborado após um reconhecimento prévio por meio de visitas as comunidades de Água Preta e de Conceição dos Caetanos.

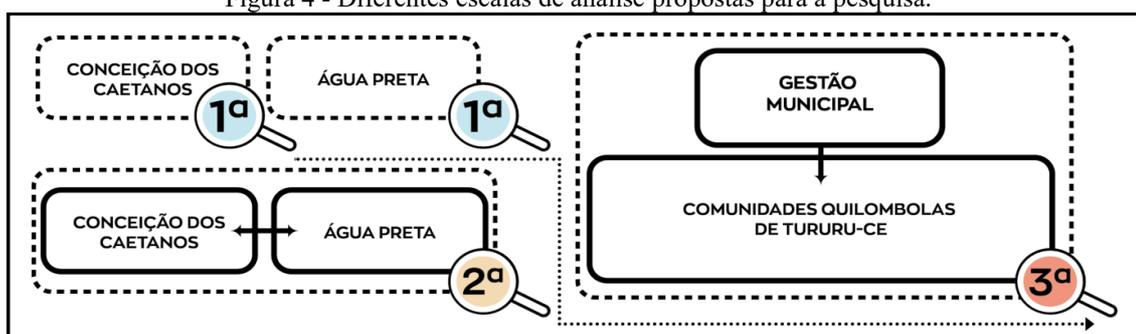
De modo que para compreender as questões propostas ao trabalho foram fundamentais os trabalhos de campo, realizados sobretudo nos meses de janeiro e junho, tendo em vista a carga horária semanal de disciplinas e atividades acadêmicas da graduação. Durante os

trabalhos de campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com lideranças das duas comunidades, a fim de compreender avanços, desafios, demandas, problemáticas e potencialidades existentes em cada uma das comunidades, envolvendo também a relação das comunidades entre si e destas com a gestão pública municipal. Os trabalhos de campo também se pautaram no reconhecimento do cotidiano das comunidades, a dinâmica de alguns de seus espaços mais representativos no âmbito da cultura, além do acompanhamento da tradicional Festa do Zumbi, realizada anualmente nas comunidades quilombolas em comemoração ao dia da Consciência Negra, no dia 20 de dezembro.

Parte essencial da pesquisa também se deu pelo contato com representantes do poder público municipal na esfera da Secretaria de Cultura e de gestores das escolas inseridas nas comunidades quilombolas, revelando também por meio de entrevistas semiestruturadas seus principais desafios, avanços e problemáticas no que tange o suporte cultural e educacional das CRQs de Tururu-CE.

Para melhor entendimento sobre as diferentes questões, foi desenvolvida uma análise em diferentes escalas (Figura 4), partindo para uma imersão de questões particulares a cada comunidade quilombola (1ª escala), seguindo então para questões intrínsecas as duas comunidades no contexto municipal e a relação das comunidades no processo de valorização (2ª escala), chegando a uma escala de análise envolvendo as duas comunidades de modo conjunto em sua relação com o poder público municipal e a esfera civil municipal externa às comunidades (3ª escala).

Figura 4 - Diferentes escalas de análise propostas para a pesquisa.



Fonte: Elaborada pelo autor, 2018.

Além destas visitas e contatos, um importante processo que contribuiu com a pesquisa foi a realização do Estágio Curricular Supervisionado em Geografia II (com enfoque no ensino contextualizado) em parceria com a Escola Caetano José da Costa, da Comunidade de Conceição dos Caetanos. Neste período, segundo semestre de 2017, as visitas à Tururu se tornaram mais constantes e voltadas à realidade educacional da Comunidade e sua relação com o processo de valorização patrimonial. Vale destacar a importância desta aproximação entre uma atividade curricular da graduação e o desenvolvimento do trabalho de conclusão de

curso, pois significou a possibilidade de importantes reflexões de diferentes enfoques na intersecção destas duas diferentes etapas do curso de licenciatura em Geografia.

Neste período, foram realizadas as seguintes atividades no espaço escolar: acompanhamento de aulas de Geografia em turmas específicas; entrevistas semiestruturadas com as professoras de Geografia; leitura dos documentos oficiais da Escola (Projeto Político Pedagógico e Regimento); acompanhamento de atividades desenvolvidas no contraturno das turmas e diálogos formativos com os estudantes da escola envolvendo a Geografia e a sua relação com a cultura quilombola. Também foi desenvolvida uma atividade externa ao ambiente escolar, um trabalho de campo abordando locais mais representativos no imaginário dos alunos de Conceição dos Caetanos, a fim de analisar este tipo de prática geoducativa como possibilidade para o reconhecimento patrimonial quilombola.

A partir das observações e de conversas com professores, gestores e a coordenação do Projeto Novo Mais Educação (PNME), desenvolvemos uma atividade que interagiu os conteúdos da Geografia com o contexto vivido pelos estudantes.

A atividade foi realizada entre outubro e novembro de 2017 com uma turma de 8º ano do Ensino Fundamental, com a parceria de sua professora de Geografia e de Sandra Caetano, moradora da Comunidade e então professora do PNME. Dividida em duas etapas, a atividade objetivou exercitar os conhecimentos geográficos em torno do contexto comunitário, enfatizando a seus elementos culturais afrodescendentes; e foi proposta como uma possibilidade da Escola se apropriar destes conhecimentos geográficos com uma melhor interação escola-comunidade.

Na primeira etapa da intervenção, iniciamos uma aula de geografia com a exibição do curta-metragem (“*Dos Grilhões ao Quilombo*” - quarto episódio da série “500 anos: o Brasil Colônia na TV”, produzido pela TV Escola). Após a exibição do curta, os estudantes socializaram o que lhes chamou atenção no filme. A partir da listagem, avançamos o nosso diálogo sobre o olhar geográfico, visto que o curta-documentário aborda um contexto geral sobre o início da formação dos quilombos no Brasil, e o nosso enfoque se voltou para o contexto local, com a constituição e caracterização de Conceição dos Caetanos. Para melhor guiar o processo dialógico, elaboramos um quadro com tópicos importantes (APÊNDICE B).

Em suma, o intuito desta etapa primeira em específico foi de promover um aprendizado sobre os quilombos no Brasil relacionando o contexto do filme com o contexto local; além de evidenciar a Geografia presente no filme e como esta disciplina contribui para compreender a realidade.

Os estudantes também produziram mapas mentais da Comunidade com os locais mais representativos e afetivos para cada um. Esta atividade teve o intuito de que o estudante pudesse representar os locais na Comunidade que são considerados mais representativos da mesma, locais que fizeram parte da sua história e da sua vivência. Outro objetivo também foi o de filtrar locais na Comunidade mais marcantes para os estudantes, e se são locais fortalecem o auto reconhecimento como quilombola e o sentimento de pertencimento para com a Comunidade.

Também utilizamos de maneira complementar o *software* Google Earth em um projetor digital e foram exibidas imagens de satélite da Comunidade, e dialogamos sobre a relevância pessoal e coletiva dos locais que foram desenhados.

Toda esta primeira etapa serviu como base para a segunda etapa, que consistiu em uma aula de campo, com um percurso em caminhada, com diálogos curtos em pontos marcantes da Comunidade elencados pela turma.

A partir do reconhecimento inicial, feito por alunos do ensino fundamental, de elementos que compõem um quadro patrimonial da Comunidade, foi elaborada e executada a atividade do mapeamento colaborativo em torno do patrimônio cultural da comunidade de Conceição dos Caetanos, integrando desta vez diferentes faixas etárias em uma atividade formativa.

Seguindo as diretrizes do mapeamento participativo (GIRARDI, 2016), realizamos a atividade em outubro de 2018. Iniciando com uma oficina de elementos da cartografia básica, dialogamos sobre conceitos como escalas, convenções cartográficas, orientação, polígonos, pontos e linhas, dentre outros elementos que compõem a estrutura básica de um mapa. Em seguida tratamos de possibilidades temáticas da cartografia, enfocando a questão patrimonial em sequência. Evitou-se o entendimento de conceitos fechados e prontos sobre patrimônio, buscando uma construção coletiva a partir do entendimento popular sobre o termo, destacando suas formas materiais e imateriais e a composição do que poderíamos em seguida chamar de patrimônio cultural de Conceição dos Caetanos.

Avançamos para uma explicação sobre o uso do *overlay* para a construção participativa de mapas temáticos, com a demarcação dos elementos no *overlay*. Após a elaboração do *overlay*, geramos um mapa com os elementos pontuados por meio de ambientes SIG (Sistema de Informação Geográfica). Por ser uma comunidade de grande área, mas também com uma centralidade que aglutina muitos locais representativos, os participantes utilizaram dois mapas para a produção do *overlay*, cada um com uma escala diferente. Da

mesma forma, com vistas a melhorar a visualização dos ícones, produzimos um mapa com representação de diferentes escalas de análise.

Após esta etapa, foram evidenciados elementos imateriais que fogem da lógica cartográfica tradicional de localização no território. Estes elementos, que compõem um quadro de referência cultural do que vem a ser o patrimônio quilombola para Conceição, foram dispostos em um produto final mais completo, em formato de banner, que engloba o resultado cartográfico com um quadro que dispõe dos outros elementos imateriais não pontuados no mapa (APÊNDICE C).

O referido material expandido pode ser apresentado em um stand educativo montado pela EQMEF Caetano José da Costa na Festa do Zumbi de 2018. Na noite festiva, foi feita a exposição do material e das folhas de *overlay*, socializando toda a construção do mapeamento e também o fruto gerado pelo processo coletivo.

Por conta de algumas limitações, as atividades prático-propositivas em torno da valorização patrimonial concentraram-se em Conceição dos Caetanos. Entretanto, na *práxis* em torno das práticas desenvolvidas consideramos estas como possibilidades aplicativas com vistas à valorização patrimonial de maneira abrangente, cabendo sua aplicação em diferentes CRQs e não de maneira exclusiva em determinada comunidade. Assim, constam nos capítulos seguintes os aspectos relevantes apreendidos ao longo das etapas metodológicas realizadas.

3 AVANÇOS E DESAFIOS DA VISIBILIDADE AO PATRIMÔNIO QUILOMBOLA DE TURURU-CE

A partir do diálogo com as comunidades quilombolas tururuenses, no primeiro semestre de 2017, foi possível apreender os principais avanços históricos e desafios enfrentados por tais comunidades, não apenas em torno da questão cultural, mas também questões envolvendo o acesso a serviços de saúde, a saneamento básico, a educação e infraestrutura. O reconhecimento de tais questões se deu por meio de entrevistas semiestruturadas pautadas nos seguintes tópicos: territorialidade e organização comunitária, representatividade política, cidadania, aspectos econômicos, aspectos culturais; relações entre as comunidades e a busca por uma maior valorização, aspectos culturais.

3.1 Relações intracomunitárias

Para esta primeira escala de análise, aconteceram diálogos com Dona Bibiu (líder comunitária de Conceição dos Caetanos), Adailton Caetano (jovem atuante nas atividades culturais de Conceição dos Caetanos) e Dona Toinha (líder comunitária em Água Preta). E para uma melhor explanação do que foi observado, o capítulo está segmentado em subtópicos que tratam de questões abordadas ao longo dos diálogos.

3.1.1 Aspectos da territorialidade e organização comunitária

Com relação a fixação das comunidades nos seus respectivos territórios, ambos os territórios foram comprados pelos primeiros moradores e a aquisição foi devidamente certificada em cartório. De acordo com a tradição oral de Conceição dos Caetanos, a fixação dos moradores no atual território começou com no final do século XIX, com Caetano José da Costa. Filho de escravos, Caetano fugiu para o município de Trairi-CE. Trabalhou com agricultura para conseguir dinheiro e, com isso, adquiriu a posse do atual território da Comunidade, mudando-se para lá com seus filhos e sua esposa.

Com a família repleta de filhos (doze, no total), passaram-se duas gerações a partir daí, sem conflitos por terra ou grandes problemas econômicos e sociais. Apesar da inexistência de conflitos relacionados a disputa de terra, a relação entre identidade negra e territorialidade ainda não estava consolidada. Até meados do século passado, não havia a aproximação entre a Comunidade e questões pautadas pelo Movimento Negro. A partir da liderança de Dona Bibiu, bisneta de Caetano José da Costa, a Comunidade fortaleceu seu

processo de organização e de incorporação de elementos afroculturais, e assim cresceu o desejo de articular as manifestações culturais na Comunidade.

Já a Comunidade de Água Preta se estabeleceu em seu território num período mais recente. Segundo a tradição oral da Comunidade, o primeiro negro fixar-se no território da Comunidade, em 1889, e se chamava Manoel Camilino Bertoldo. Este casou-se com uma negra da família Tiago, proveniente de uma outra comunidade chamada Varjota, e tiveram dez filhos.

Manoel foi para o estado de Amazonas para trabalhar e, após certo tempo, conseguiu dinheiro para comprar um terreno no atual território tururuense. Quando Manuel retornou para Fortaleza trouxe muitos produtos, que teve que deixar na capital para serem transportados por burros de carga, fato que caracteriza as dificuldades de locomoção da época.

Segundo Dona Toinha, atual liderança da Comunidade, Manuel Camilino era proveniente de Moçambique e havia sido tomado como escravo. Quando soube que seria escravizado, Manoel fugiu do navio em que estava sendo transportado juntamente com um primo seu e ambos se alojaram na casa da família Bertoldo, que os acolheu. Um dos escravos fugidos foi para o território da atual Conceição dos Caetanos e o outro se estabeleceu no território atual de Água Preta.

Em Conceição dos Caetanos, em 1982 foi institucionalizada a primeira associação de moradores da Comunidade. Atualmente, com pouco mais de 200 famílias, existem duas associações de moradores, sendo uma exclusiva de moradores que se identificam como quilombolas e outra que discute assuntos de interesse dos moradores em geral.

Em 2004, as duas comunidades foram reconhecidas pela FCP como comunidades quilombolas, as primeiras do estado do Ceará (APÊNDICE A). O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é a autarquia federal responsável pelo processo de titulação de terras quilombolas. O Incra iniciou o processo de titulação das terras de Água Preta a partir de 2014, com pesquisas e trabalhos de campo para demarcação do território de Água Preta. No site do Instituto, entretanto, não foi possível encontrar informações sobre processo de titulação da comunidade de Conceição dos Caetanos.

Ao contrário do que se verifica em Conceição dos Caetanos, a história de Água Preta apresenta problemáticas territoriais. A história oral da Comunidade conta que, quando Manoel Camilino voltou do Amazonas para comprar as terras para sua família, houveram disputas devido o interesse de outras famílias que queriam impedir que uma família negra conquistasse o território. Camilino conseguiu certificar em cartório a posse de suas terras, mas

na época um outro documento foi forjado por grileiros, no intuito de tomar as terras que Manoel havia comprado.

Como fruto de todo esse processo, apenas uma parte do terreno inicial compõe o território atual da comunidade. Do território atual, uma parte é doação de grupo de italianos, que realizam um trabalho social junto a Água Preta, e a outra parte pertence a família de Dona Toinha.

Atualmente, habitam em Água Preta 114 famílias, sendo 80 remanescentes de quilombo e outra parte de famílias em que um membro da Comunidade se casou com uma pessoa de outra localidade. Os que não são quilombolas também contribuem com a comunidade enquanto sócios da Associação dos Remanescentes de Quilombo de Água Preta e se identificam como parte de uma CRQ. Esta Associação foi criada em 2010. Entretanto, existiu uma associação anterior que não tinha este cunho identitário com o Movimento Quilombola, e chegou a ser liderada por um homem de etnia branca. Este chegou à comunidade como professor e no período de sua atuação nesta associação, houveram diversos retrocessos em algumas pautas da Comunidade.

O professor foi escolhido pelo antigo líder da associação, morador da comunidade. Entretanto, após a morte deste antigo líder, o novo líder passou a agir de má fé com os moradores, contexto que se perpetuou durante oito anos. Mas a liderança do professor foi então mal vista pela Fundação Palmares, devido a sua conduta e principalmente pela incoerência do fato de um homem de outro local e outra etnia liderar uma comunidade quilombola. A partir de uma remodelagem, foi fundada uma nova associação, de maior representatividade e sob liderança de Dona Toinha.

Uma problemática destacável durante este período conflituoso se deu em torno da alteração do nome da Comunidade de Água Preta para o nome de Águas Pretas, algo destoante da identidade histórica construída pela Comunidade e uma expressão que descaracteriza a referência histórica dada a seu nome, que se baseia em uma história oral preservada pela Comunidade.

3.1.2 Aspectos políticos e econômicos

Em diálogo com a liderança de Água Preta, foi perceptível que as relações políticas entre Comunidade e o Município deveriam se dar de forma mais efetiva. A falta de prestação de serviços básicos e de assistência efetiva à Comunidade é notável entre os moradores e também são relatados problemas com a falta de transparência de alguns projetos

direcionados à Comunidade, o que representa um obstáculo para diversas pautas da Comunidade.

Boa parte destas pautas se tornaram reivindicações que não obtiveram retorno por parte do poder público. Assim, a Comunidade vive sem elementos como: água encanada, calçamento, posto de saúde em funcionamento, quadra esportiva e cemitério. Uma das principais parcerias que ajudam a mitigar essa situação é por parte dos italianos que compõem a ONG “Amigos do Brasil”, uma parceria que se deu pela iniciativa de Padre Arnaldo, importante liderança religiosa para a região de Uruburetama na década de 1980. Com a ajuda dos italianos, foi construído um chafariz, a Escolinha Rizzi e uma praça pública, além do acesso a eventuais atendimentos médicos para os moradores de Água Preta. A importante ajuda não pode ser continuada, porém, devido à falta de parcerias públicas e problemas financeiros.

Nesse sentido, é perceptível que a Comunidade não se sente assistida no contexto municipal, e há falta de perspectivas quanto a atuação da prefeitura em prol da Comunidade. Porém, uma das exceções que se dá neste contexto, é um grupo de atividades realizadas pela prefeitura direcionada ao público da terceira idade, em que se inserem alguns idosos da Comunidade de Água Preta.

Em termos de representação política municipal, a atual falta de um representante político pertencente a alguma das comunidades reverbera em uma limitada influência direta das comunidades. Porém, a partir do diálogo com as lideranças, nota-se a importância de reivindicar suporte ao poder público municipal.

Conceição dos Caetanos conseguiu esta representação política, com um representante na câmara de vereadores, durante um quadriênio. Entretanto, os resultados não tiveram a esperada efetividade, de modo que a Comunidade segue em constante reivindicação de suporte, principalmente para a realização de suas atividades culturais e programas que possam beneficiar os moradores da Comunidade. E apesar dos constantes esforços em prol dos auxílios, é perceptível que esta relação nem sempre gera os resultados ideais para a Comunidade.

Quanto a economia das comunidades quilombolas, a principal atividade que se desenvolve é a agricultura de micro e pequeno porte que, na sua maior parte, gera um excedente de algumas culturas que são vendidas em feiras locais. Mas a maioria dos alimentos é comprada e não produzida.

Algumas outras fontes de renda de menor expressividade são o setor de comércio e serviços e o de construção civil. Há o destaque também para o auxílio de cestas básicas que

são distribuídas para famílias quilombolas cadastradas em um Programa que surge da parceria da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e a Fundação Cultural Palmares. Nota-se que, de acordo com o site da CONAB, o perfil desse programa de apoio se volta para famílias “em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar e nutricional” (BRASIL, 2017).

As casas de farinha são importantes espaços de geração de renda para a Comunidade e também possuem potencial ímpar para convivências que fazem refletir e emergir a ancestralidade da Comunidade. Além destas casas proporcionarem tais vivências (contação de histórias, entoação de canções populares, etc), o processo de produção de farinha se constitui como um elemento cultural para a Comunidade.

Conceição dos Caetanos produz consideráveis quantidades de mandioca e caju, que geram subprodutos importantes e são escoados por meio de compradores subjacentes. Dependendo das quadras chuvosas anuais, também são produzidas quantidades de milho e feijão. De modo que as comunidades representam espaços de produção para o município. A inexistência de empregos em fábricas ou no ramo de construção nas proximidades, reforça o exercício agrícola e a busca de empregos em outras localidades, sobretudo nos setores terciários da economia. Este contexto reflete na saída de jovens de ambas as comunidades e a consequente preocupação quanto a falta de participação dos jovens na preservação do patrimônio histórico-cultural. Tal aspecto será abordado posteriormente.

3.1.3 Aspectos culturais e educacionais

Conceição dos Caetanos inicia sua articulação mais incisiva com aspectos culturais quilombolas a partir do contato com uma baiana chamada Ana Rosa, em 1988. Ana Rosa se interessou bastante pela Comunidade a partir do convite de um padre católico, aproximou-se dos Caetanos por meio de Dona Bibiu (matriarca e então articuladora do movimento católico na Comunidade). A partir deste momento, implementou-se a prática da dança e do teatro com jovens da Comunidade, atrelada ao caráter religioso que a comunidade já assumia. Fizeram-se danças, músicas, e os primeiros passos rumo ao descobrimento patrimonial foram dados. Foi criado o grupo de dança Ganga Zumba, atuante até hoje, com quase trinta anos alcançando diversas gerações.

Apesar da iniciativa e interesse de ambas as partes, este primeiro contato significou um primeiro passo tímido de aproximação com os aspectos afro culturais. Por parte de Ana Rosa houve a tentativa de aproximação da comunidade com religiões de matriz

africana, entretanto isto não foi possível devido à forte adesão da Comunidade ao catolicismo e o desconhecimento para com crenças religiosas alternativas e o preconceito enraizado no Brasil contra religiões afro-brasileiras.

As festividades religiosas, até então, não incluíam referências afroculturais. Mas, processualmente, o incremento de vestimentas, adornos, instrumentos de percussão afro-brasileiros e danças marcadas pela africanidade típicos da denominada Missa Afro (Figura 5), por vezes também chamada Missa do Zumbi (em referência a Zumbi dos Palmares) tornou-se frequente em datas importantes do calendário litúrgico da Comunidade no dia da Consciência Negra.

Figura 5 – Missa Afro na Comunidade de Conceição dos Caetanos em 2017.



Fonte: Acervo do autor, 2017.

A principal comemoração anual em Conceição dos Caetanos é a da novena de Nossa Senhora das Graças, que engloba o dia da Consciência Negra, 20 de novembro. Nesta data, são realizadas apresentações artísticas, a denominada Missa Afro, e em seguida a apresentação de bandas locais de forró. A festividade transforma o espaço da praça central da comunidade, funcionando como um fenômeno que atrai pessoas da comunidade, de outras comunidades, de outras partes do município, e de fora do município. A mudança na realidade corriqueira é feita anualmente com a participação dos moradores locais, e o auxílio sempre solicitado à gestão municipal. Esta concentração espaço-temporal, de certa forma, tende a possibilitar o contato de diversas pessoas com o contexto cultural de uma comunidade quilombola que se insere no município em que vivem. Entretanto, o restante do calendário anual se esvazia de festividades deste porte e desta natureza.

O sentimento de união e coletividade se torna muito forte para a organização da Festa em Conceição dos Caetanos, o que resulta em uma festa muito bonita que se sustenta com o auxílio da prefeitura e outras parcerias. A realidade da comunidade se volta para a festividade nos dias 19 e 20 de novembro. A Festividade da Consciência Negra é focada no dia 19 em Água Preta e no dia 20 em Conceição, para que as comunidades possam conciliar as suas programações e participar uma na programação da outra. A atuação de Água Preta nesta festividade é bem mais recente, tendo iniciada a cerca de quatro anos atrás.

A partir de parcerias com outras comunidades, artistas e colaboradores independentes, a comunidade de Água Preta também vem desenvolvendo progressivamente suas festividades anuais em torno do dia da Consciência Negra. Também existe a atenção para a participação das comunidades, em momentos pontuais, nas festividades uma da outra, de maneira a celebrar a irmandade e a comunhão entre os dois agrupamentos em torno desta identidade. Percebe-se nessa dinâmica a importância de aperfeiçoar a articulação entre as CRQs para viabilizar maior expressividade tanto para as festividades quanto para as outras pautas comuns as duas comunidades, a busca por valorização patrimonial e uma maior representatividade cidadã.

Em 2010, a partir da lei municipal que tornou data comemorativa e feriado municipal o dia da Consciência Negra, a Festa do Zumbi tornou-se mais reconhecida, sendo tomado como feriado municipal. Com isso, recursos públicos também são destinados para viabilizar a realização da festa. Ainda assim é preciso cobrar bastante para que a ajuda de custo seja liberada anualmente.

Atualmente, Conceição dos Caetanos, também caracterizada comunidade cearense, também possui a marca da musicalidade regional, o Forró. Em dias festivos importantes, ao término das ritualidades religiosas e cultura afrobrasileira, a animação fica por conta de bandas de forró, eventualmente proporcionadas por verbas municipais ou outras parcerias. Vale destacar que outras comemorações como a festa junina também são incrementadas com aspectos afroculturais. Neste contexto, é interessante perceber o contato entre elementos de uma cultura afrobrasileira com elementos culturais entendidos pela regionalidade e da localidade, como a musicalidade do forró nas festividades de Conceição e a presença de casas de produção de farinha, bastante presentes nas regiões norte e nordeste do Brasil.

Os grupos de capoeira, dança e teatro mobilizam jovens da comunidade e um grupo de artesanato é também articulado por mulheres entre 50 e 90 anos. Também é comum, em determinado período do ano, a realização do Reisado por parte do Terço dos Homens,

apesar da prática ter cessado nos últimos anos. Vale destacar que, na comunidade, a atuação feminina é muito marcante. A liderança feminina chama bastante atenção neste contexto. De acordo com relatos, diversas mulheres buscam manter independência financeira, e o grupo de artesanato auxilia bastante na obtenção deste objetivo.

A escola da comunidade também é foco das ações culturais desenvolvidas dentro da comunidade. A associação, juntamente com a escola, encaminhou um ofício para destinar uma parte da programação semanal da escola para que fosse tratada a questão. A professora de história da escola destina uma parte do horário semanal para que fossem trabalhados assuntos ligados a africanidade.

Os grupos artísticos comumente se apresentam em eventos organizados pela prefeitura municipal e em outros municípios por meio de contatos estabelecidos. O trabalho de identidade dentro destes grupos gera resultados como a diminuição do preconceito racial entre os jovens da Comunidade e até mesmo uma melhoria no rendimento escolar, o que é bem visto pelos pais dos participantes.

Os diversos grupos que representam a Comunidade também contribuem em outras escolas do município, quando são convidados a participar de Feiras Culturais e atividades que envolvem a cultura afro-brasileira. Apesar de importantes, pois possibilitam circulação de expressões artísticas do povo quilombola em seu município e numa rede de municípios circunvizinhos, estes fluxos proporcionaram episódios de discriminação e racismo que enfraqueceram em determinados momentos a articulação interna dos grupos artísticos juvenis.

Até por volta de 2012, a Comunidade evitou parcialmente visitação em outros locais e para fazer apresentações devido a discriminação racial sofrida. Parte desse processo se dava pela própria recusa da identidade negra que se dava dentro da Comunidade. A partir do diálogo progressivo de autoconstrução de uma identidade quilombola, os jovens foram tomando ciência de que não deveriam se deixar impactar tanto pela visão negativa de suas origens e seus traços étnicos. E esta visão negativa atua tanto no âmbito intrapessoal quanto na discriminação sofrida por parte de outras pessoas.

Também existe o problema de falta de incentivos à educação e oportunidades profissionais para a permanência dos jovens na Comunidade, que enfraquece o reconhecimento do quilombo como espaço representativo, espaço de pertencimento. Entretanto é constante o trabalho com a juventude para que os trabalhos de manifestações artísticas não fiquem estagnados, e para que os jovens não se distanciem de suas origens ao vivenciar novas experiências fora de Conceição dos Caetanos.

Por meio de uma gama de eventos com apresentações artísticas, oficinas e palestras de formação para pessoas de várias comunidades quilombolas, a constituição de uma rede de conhecimentos e experiências pode se espacializar por todo o território cearense, a partir de sua reprodução em cada localidade. Por meio de parcerias desta natureza, que proporcionam tais vivências, a afro-identidade da Comunidade foi se remodelando e se fortalecendo. É notório que a articulação direta entre Conceição dos Caetanos e outras comunidades - principalmente Água Preta e Nazaré (CRQ em Itapipoca-CE) - também favorece este processo de construção.

A organização entre estas comunidades não favorece restritamente os fatores culturais, mas também questões políticas, da busca por participação cidadã e representatividade. O direcionamento de verba para as comunidades tornou-se mais frequente devido a crescente reivindicação e o maior reconhecimento dos direitos por parte das comunidades, dinâmica viabilizada pela articulação entre as comunidades e outras parcerias.

Água Preta também apresenta fortes vínculos com o catolicismo e, tal como ocorre em sua comunidade irmã, as religiões de matriz africana ainda não são bem vistas. Os eventos culturais em Água Preta também atraem pessoas de fora da comunidade e são distribuídos pontualmente ao longo do calendário anual. Um exemplo deste tipo de programação é o “quilombo de férias”, que acontece costumeiramente no mês de julho com diversas atividades de caráter de lazer e de aproximação dos aspectos identitários afroculturais com moradores da comunidade, sobretudo crianças e jovens.

A realização destes eventos e de outros projetos pontuais conta com a parceria de instituições de ensino superior e de programas de fomento ao desenvolvimento da pesquisa e da cultura. São vínculos que constroem e compartilham saberes importantes para ambas as partes. Ao longo dos relatos, foi possível perceber uma importante parceria desta comunidade com a de Caetanos em Capuan (CRQ localizada em Caucaia-CE) na construção dos eventos em Água Preta, tanto pela participação quanto pelo apoio financeiro.

Caetanos em Capuan, como indica seu nome, possui vínculos familiares com os remanescentes históricos de Conceição dos Caetanos. De acordo com a história oral das comunidades tururuenses, um dos filhos de Caetano José da Costa migrou-se para uma localidade onde hoje faz parte do município de Caucaia, Região Metropolitana de Fortaleza.

De acordo com a liderança local, apesar dos esforços no sentido do trabalho identitário com a juventude, também existe em Água Preta a problemática de algumas formas de resistência manifestada pela juventude em reconhecer-se plenamente como remanescente de quilombo e abraçar a valorização histórico-culturais dessa identidade. Em ambos os

contextos, o preconceito e a discriminação sofrida fora das comunidades também dificulta a participação dos jovens. Esta resistência interna, ainda forte, reverbera o discurso discriminativo que se dá, e historicamente se deu, de fora para dentro das comunidades. E assim como em Conceição dos Caetanos, a falta de investimento econômico, e neste caso também de recursos básicos (água encanada, serviços de saúde, etc.) e de incentivos financeiros para Água Preta dificultam a permanência das novas gerações em seu território.

Assim, entende-se que ambas as comunidades compartilham de algumas problemáticas e atuam de modo semelhante para mitigar tais questões. Também é perceptível a relação intercomunitária e com outras parcerias no intento de superar estas dificuldades.

Ademais, para o melhor entendimento destas questões, também foi fundamental reconhecer a dinâmica de alguns aspectos educacionais no âmbito das duas CRQs. Tal reconhecimento se deu inicialmente por meio do diálogo com as lideranças no início de 2017 e de maneira mais incisiva em Conceição dos Caetanos por meio da prática de estágio curricular, no segundo semestre de 2017.

A sensibilização em torno do patrimônio cultural se mostra crescente em de Conceição dos Caetanos. A questão vem sendo tratada progressivamente nas escolas, que contam com professoras em processo de formação sobre tais aspectos e que desenvolvem práticas educacionais sobre tal temática. O processo iniciou-se, sobretudo, após a promulgação da Lei 10.693 (BRASIL, 2003), importante marco no processo educacional que torna obrigatório o ensino sobre história e a cultura afro-brasileira.

Em Água Preta, existem duas instituições de ensino básico: a Escolinha Rizzi e a Escola Quilombola Municipal de Ensino Fundamental - EQMEF Manoel Bertoldo da Costa. Em Conceição dos Caetanos, existem outras duas instituições de ensino básico: Centro Educacional N. Sr.^a das Graças e Escola Quilombola Municipal de Ensino Fundamental - EQMEF Caetano José da Costa.

A Escolinha e o Centro Educacional funcionam com o atendimento em Ensino Infantil, e seus prédios foram construídos e doados por colaboradores da ONG Amigos do Brasil, em parceria com Pe. Arnaldo (liderança católica em Uruburetama, na década de 1980), importante colaborador das comunidades. Ambos funcionam sob a responsabilidade das próprias comunidades, o que é muito importante no sentido do protagonismo que, sobretudo por parte das mulheres quilombolas, assumem frente a educação comunitária. A liberdade para trabalhar uma educação da comunidade para a comunidade significa uma oportunidade para, desde cedo, incentivar a valorização dos aspectos culturais das comunidades

quilombolas. Os espaços também funcionam como locais para reuniões, encontros, ensaios e eventos dentro das comunidades.

Lançando olhar sobre as escolas de Ensino Fundamental, percebeu-se de início a diferença no perfil institucional que carrega o nome de cada escola. Em visita de breve reconhecimento na EQMEF Manoel Bertoldo da Costa, percebeu-se que a presença do termo “Quilombola” no seu nome não reflete na presença de um currículo formulado para tal contexto. A Escola Caetano José da Costa ganhou a alcunha de Escola Quilombola recentemente, no segundo semestre de 2018, e a mesma problemática curricular presente em Água Preta é perceptível em Conceição dos Caetanos. De forma que as duas comunidades ganham mais essa pauta em comum para ser resolvida, a de construir e efetivar um currículo escolar eminentemente quilombola.

Em Conceição dos Caetanos, onde a vivência escolar da pesquisa se deu de maneira mais prolongada em 2017, notou-se que o Projeto Político Pedagógico da EMEF Caetano José da Costa não faz menção ao diálogo em torno dos elementos culturais da comunidade, negando um ensino contextualizado mais adequado para tal realidade. Apesar dos documentos oficiais não tratarem explicitamente de tais aspectos, é perceptível que os sujeitos escolares não negam seu contexto vivido. Por meio da participação de membros de Conceição dos Caetanos, sua Escola realiza práticas educacionais e culturais junto aos alunos. Este exercício se dá sobretudo nas atividades complementares do Programa Mais Educação - que visa uma melhoria da aprendizagem em língua portuguesa e matemática e incorpora aulas de música e dança - e de semanas culturais que ocorrem anualmente na Escola. Apesar dos tímidos avanços, o envolvimento das aulas e do calendário anual de atividades ainda reflete um perfil bastante representativo de um Ensino Regular.

Além destas características em comum em torno da educação, as CRQs apresentam outras relações e aspectos discutidos propriamente no tópico seguinte.

3.2 Relações Intercomunitárias

Ratts (2000), traz importantes informações sobre o processo histórico de fixação de Conceição dos Caetanos e Água Preta, repleto de fluxos na escala estadual e nacional, e articulações em rede estabelecidas entre diferentes comunidades quilombolas que apresentam indícios de uma igual raiz genealógica.

De acordo com as lideranças comunitárias, o contato e a articulação entre as duas Comunidades se intensificou a partir de 2010, quando se deu início a uma organização interna

mais mobilizada em Água Preta. A articulação foi de grande relevância, tendo em vista que Conceição dos Caetanos já estava em processo de engajamento nas questões político-culturais desde os anos 1980, com experiência suficiente para ajudar na mobilização inicial em Água Preta. Nos dois primeiros anos de contato, Dona Bibiu contribuiu bastante para o processo de organização quilombola de Água Preta. E após este período, não houve uma aproximação tão frequente nesta mobilização interna, sob a influência de alguns empecilhos que, por vezes, prejudicaram a articulação entre as comunidades.

Em se tratando de uma busca por valorização patrimonial e por representatividade dentro da esfera municipal, é fundamental considerar a força de articulação entre dois grupos que tanto têm em comum. Neste sentido, no trabalho de reconhecimento dentro das Comunidades, foram identificados movimentos de aproximação, citadas no tópico anterior, entre estas para a realização de seus eventos culturais, com interesse de ambas as partes. Entretanto, também existem problemáticas que dificultam esta relação.

Apesar de se tratarem de comunidades inseridas em um mesmo município, tratam-se de duas realidades que não dispõem de fartos recursos financeiros para fomento de suas atividades culturais. E o primeiro desafio na participação de uma comunidade em atividades de sua comunidade irmã se dá pela distância física entre os agrupamentos. Divididos por um trecho de 18 km, necessitam corriqueiramente de transporte coletivo adaptado para as condições de estrada de terra batida. Quando esta necessidade é sanada, se dá por meio de auxílio de algum representante do poder público ou de outros financiamentos conseguidos por articulação das comunidades, pois estas não possuem meio de transporte próprio.

Outro obstáculo posto à articulação dos grupos é relação de cada uma com o poder público local. Divergências de opiniões e pensamentos, percebidas ao longo do diálogo em cada comunidade nos trabalhos de campo, acabam por influenciar no desigual direcionamento de recursos para a realização das festividades do mês de novembro, que é o momento anual em que as comunidades ganham alguma visibilidade frente a esfera municipal. Questões que envolvem a esfera do campo político são bastante influentes dentro da relação comunidade-comunidade e, principalmente, comunidade-poder público municipal.

Observa-se, entretanto que esta articulação vem melhorado a partir de esforços de sujeitos em cada uma das três instâncias mencionadas.

Outro ponto em comum das comunidades é que o próprio processo redescoberta valorativa de seu patrimônio quilombola. E tal processo lida com barreiras de duas naturezas:

1) internas: a dificuldade de aproximação dos moradores, sobretudo os jovens, para com a valorização patrimonial local; e a necessidade de um trabalho identitário mais efetivo das comunidades em conjunto de modo a ganhar força frente ao cenário municipal;

2) externas: a necessidade de uma maior relação entre outras comunidades quilombolas e grupos de parceria; e a necessidade de maior suporte de políticas públicas.

3.3 Relações intramunicipais

Diante dos resultados construídos nos tópicos anteriores é possível avançar neste tópico rumo ao entendimento de algumas questões em torno da representatividade das comunidades quilombolas tururuenses no âmbito de sua municipalidade.

Em contato com a gestão da Secretaria de Cultura do Município em 2018, foi possível perceber o intento na elaboração de projetos que buscam contribuir com as demandas de suas comunidades quilombolas. Entretanto, foi perceptível uma dissonância entre os anseios da pasta de cultura e a correspondência do poder executivo.

É preciso considerar o desafio da pasta em fomentar o desenvolvimento e o incentivo à cultura não apenas para as comunidades quilombolas, mas no envolvimento de todo seu estimado contingente de 16 mil pessoas. Outras datas comemorativas do calendário municipal demandam ao longo do ano inteiro, de modo que não parece viável ao executivo municipal destinar verbas da arrecadação com exclusividade para as festividades quilombolas.

Levando em conta a pequena capacidade de arrecadação municipal, deve-se levar em conta a necessidade de investimento em áreas como saúde, educação e assistência social. No intento de abarcar todas as demandas municipais, o incentivo à cultura, e sobretudo ao patrimônio quilombola presente no Município, tendem a permanecer em segundo plano se não houver um processo de sensibilização para com a relevância histórico-cultural dos remanescentes de quilombo.

Os episódios de racismo sofridos fora da comunidade, relatados ao longo dos diálogos estabelecidos nas comunidades, são um problema histórico ainda presente na discussão sobre a valorização deste patrimônio quilombola. A superação desta violência contra este povo e esta cultura remanescente é o primeiro passo para preservar o patrimônio quilombola presente no território tururuense. Em um contexto em que a discriminação se fortaleceu historicamente ao ponto de se tornar (em alguns casos) a negação de sua própria

herança étnico-cultural, torna-se difícil, porém necessário, uma mudança de perspectiva de dentro para fora das comunidades.

De modo que é ideal que haja um engajamento das escolas nas CRQs e dos programas de educação que se inserem nestas comunidades na questão da superação do racismo e no desenvolvimento de práticas de (auto)valorização cultural. Da mesma forma, é preciso que esta discussão não esteja isolada nas CRQs. É preciso estendê-la para escolas municipais de maneira geral, traçando uma articulação maior para a superação do racismo.

Ou seja, também é necessário que haja a superação do preconceito étnico-cultural fora das comunidades, para que o trabalho das comunidades não seja sufocado pela receptividade negativa do restante da sociedade. Para este processo, é interessante que haja uma interação entre os sujeitos de realidades distintas, mas que se localizam em um mesmo contexto municipal. Atividades educativas (feiras culturais, apresentações culturais, palestras de formação, trabalhos de campo, etc.) que traçam parcerias entre estas diferentes escolas/realidades, representam um dos importantes caminhos para este objetivo.

Outra articulação necessária para o avanço desta valorização externa às comunidades é a articulação progressiva entre as comunidades quilombolas, primeiramente a nível municipal e, de maneira mais projetiva, a nível microrregional, macrorregional e assim por diante. O estabelecimento de uma rede de maior expressividade reflete em uma maior capacidade reivindicativa para as pautas em comum às CRQs estaduais.

4 CAMINHANDO COM A GEOGRAFIA RUMO A VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

Entendemos que no espaço escolar a Geografia ganha grande importância por conta de seus conteúdos e formas de leitura da sociedade, analisando e relacionando o homem com o espaço geográfico. Anjos (2006) entende que esta é uma área que tem o compromisso de ajudar a sociedade a compreender o mundo e suas dinâmicas, dando explicações para as transformações na sociedade e apontando soluções para uma melhor organização do espaço.

No contexto das comunidades quilombolas e suas escolas, a Geografia também assume esse papel de leitura da realidade. Isso porque, dentre outras atribuições, ela assume “grande importância dentro da temática da pluralidade cultural no processo de ensino” (ANJOS, 2006, p. 199). Neste sentido, uma educação quilombola se torna uma modalidade de educação bastante beneficiada na incorporação dos conhecimentos geográficos. Porém, podemos perceber a falta de apreço que a educação quilombola recebe quando Santomé (1995) destaca a carência de experiências e reflexões sobre uma educação antirracista e de programas plurilinguísticos, que são de grande importância para reafirmar a posição das comunidades negras na sociedade.

Este capítulo se destina a socialização de práticas educativas que, a partir do uso dos conhecimentos geográficos, objetivaram uma aproximação de Conceição dos Caetanos com o seu próprio território e, logo, sua própria cultura e identidade. As práticas realizadas representam possibilidades de articulação dos conhecimentos geográficos com o contexto quilombola de Conceição dos Caetanos, com vistas ao fortalecimento de uma visão mais valorativa do patrimônio quilombola presente no município de Tururu.

4.1 A Comunidade como Espaço educativo

A Geografia é grande aliada no debate e reflexão de questões importantes nas escolas de CRQs. Questões que vão desde as consequências geográficas mais graves da migração africana até o processo vigente de luta por reconhecimento das comunidades quilombolas na sociedade brasileira. Por isso, entendemos que a escola deve incentivar o debate sobre a realidade do povo negro e seu papel na sociedade, fortalecendo, assim, cultura e a identidade de cada CRQ.

A partir da aproximação com a Escola Caetano José da Costa em 2017, percebemos que o déficit de abordagens significativas e metodologias adequadas ao ensino de

Geografia em Conceição dos Caetanos prejudica a aprendizagem geográfica dentro - e consequentemente fora - do espaço escolar. Uma vez que os estudantes perdem o interesse e a curiosidade sobre a disciplina, perde-se a possibilidade de fortalecer o debate sobre o povo negro e sua cultura no dia-a-dia.

Percebemos ainda que a escolha dos conhecimentos geográficos a serem passados para os estudantes são, basicamente, conteúdos dispostos nos livros didáticos. Sem grandes reflexões sobre a realidade e discussões sobre a temática étnica e cultural, a Geografia, então, vai perdendo sua potencialidade neste contexto.

Em outro momento, pudemos visualizar documentos curriculares oficiais da Escola. Com base em diálogos com a direção escolar, o Município disponibiliza um modelo de Projeto Político Pedagógico (PPP) para todas as suas escolas, deixando livre para cada uma fazer alterações e adequar o documento para a sua realidade.

O PPP da Escola evidentemente reflete o modelo proposto pela Secretaria de Educação de Tururu, sem fazer menção a características da Comunidade em que se insere. Em se tratando de aspectos estritamente curriculares, o documento segue as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Entretanto, por ser uma escola inserida em um contexto quilombola, se faz necessário um maior destaque ao seu perfil e contexto diferenciados, mas o documento não apresenta algo relacionado aos conteúdos e questões afroculturais e as comunidades quilombolas.

Quanto ao seu Regimento Escolar, observamos a mesma carência. De modo que se faz necessário que a Escola assuma, em seu cotidiano e curricularmente, um papel mais incisivo na valorização cultural e identitária junto à comunidade.

Apesar da falta de tratamento destes aspectos de maneira oficial, no cotidiano da Escola existem alguns mecanismos que abordam elementos culturais. Um destes mecanismos é o Projeto Novo Mais Educação (PNME), que reforça o aprendizado de Língua Portuguesa e Matemática e desenvolve atividades culturais em torno da música e da dança na Escola. No período de visitas, a inclusão de uma moradora da Comunidade no quadro de professores de artes do PNME foi vista como um fator muito positivo para o desenvolvimento cultural na Escola e na Comunidade.

Buscamos também identificar as avanços e demandas a serem supridas na interface específica da Geografia com os aspectos étnico-culturais na Escola.

A partir dos pontos elencados pela turma de estudantes no primeiro momento da intervenção, iniciamos o trajeto do trabalho de campo em frente à EMEF Caetano José da Costa, na Praça (e centro) da Comunidade (Figura 6), que engloba estabelecimentos

comerciais, a Igreja de N. Sr^a. das Graças e casas antigas, onde pudemos falar de sua centralidade e sua importância para o ordenamento das casas em seu entorno, um padrão visto em muitas cidades interioranas do Ceará. Falamos também da influência do cristianismo dentro da Comunidade e sobre religiões de matriz africana no Brasil.

Figura 6 - Diálogo na Praça da Igreja de Nossa Senhora das Graças realizado no trabalho de campo em Conceição dos Caetanos.



Fonte: Acervo do autor, 2017.

Em seguida conversamos próximo a uma casa de farinha, com uma área de cultivo de mandioca ao fundo, abordando os aspectos econômicos inerentes a Comunidade em sua relação de contribuição para o Município. Pudemos também falar sobre outras formas de renda além da agricultura na Comunidade.

A terceira parada se deu em um ponto de embarque/desembarque de passageiros, que fica em um dos acessos à Comunidade (Figura 7). Dialogamos sobre os fluxos diversos que ocorrem na comunidade, sobre a relação destes fluxos com os fixos (SANTOS, 1965) que envolvem a comunidade, sua relação com os distritos próximos e com municípios vizinhos. Neste local, também foi possível observar bem a paisagem semiárida que marca o entorno da Comunidade.

Figura 7 - Diálogo no ponto de embarque e desembarque de passageiros realizado no trabalho de campo em Conceição dos Caetanos.



Fonte: Acervo do autor, 2017.

Falamos também sobre um posto de saúde recém-inaugurado para atender os moradores da Comunidade, enfatizando-o como evidência de desenvolvimento e da necessidade dos serviços públicos de qualidade para a Comunidade, que também se relaciona com o crescimento populacional e as reivindicações dos moradores.

Sobre o campo de futebol, que existe na comunidade, falamos sobre os torneios e jogos recreativos que sempre acontecem e como isso se torna um costume tradicional e corriqueiro. Outro costume local é a utilização recreativa do Rio Mundaú, que margeia a leste a Comunidade, que atrai fluxo de moradores locais e visitantes de outras localidades.

Ao retornarmos à Escola, houve uma avaliação com os alunos destacando as contribuições e aspectos para melhorar a atividade das duas etapas realizadas. Após este momento, também houve também uma avaliação com o corpo pedagógico e gestor da Escola, com um apanhado das contribuições que as atividades proporcionaram e a constatação de que a atividade foi positiva.

Esta constatação se deu pelas considerações feitas pelos educandos, no sentido de exaltar que este tipo de prática abordando a Comunidade em que vivem foi uma experiência muito interessante, ao passo que gera novos olhares, novas perspectivas sob a ótica da Geografia a respeito do lugar em que habitam. E, de fato, a atividade representa uma possibilidade de trabalhar diversos conceitos geográficos - tais como o lugar, a paisagem, o território, a região, o desenvolvimento econômico, sociedade e natureza, cultura, dentre outros

- lançando o olhar para a Comunidade e sendo viável a sua realização de maneira mais abrangente com relação aos alunos e com periodicidade anual.

4.2 O Mapeamento Colaborativo como ferramenta geoes educacional para as CRQs

Após a realização das atividades em parceria com a EMEF Caetano José da Costa, emergiu a necessidade de uma aproximação maior com a Comunidade de uma maneira mais direta. Entendendo a Geografia não apenas enquanto ferramenta a ser apropriada nas escolas, mas também na comunidade em que se insere, desenvolvemos uma atividade que desse prosseguimento aos resultados obtidos com a prática anterior.

Identificamos assim, por meio de exemplos citados pelos moradores de Conceição dos Caetanos, os elementos imateriais e materiais que compõem seu patrimônio cultural. E a partir de imagens projetadas da Comunidade, geradas pelo software Google Earth, visualizamos os pontos marcantes da Comunidade. Fato destacável deste processo é que, a medida em que determinados locais eram identificados, algumas pessoas relataram histórias vividas e passadas de geração a geração, enquanto outras pessoas passaram a conhecer ou relembrou tais histórias. Tal socialização evidenciou ainda mais o caráter histórico de alguns lugares da Comunidade. Assim encerramos as atividades do primeiro dia.

No dia seguinte, retomamos a listagem de elementos a serem mapeados, e em seguida os participantes demarcaram os elementos no *overlay* (Figura 8).

Figura 8 - Mapeamento participativo com a técnica de *overlay* em Conceição dos Caetanos.



Fonte: Acervo do autor, 2018.

Ao longo do processo, emergiu de maneira naturalizada uma divisão de elementos de forma temporal:

- 1) Espaços da Memória: locais que existiram no passado, mas ainda estão presentes no território quilombola por meio da preservação de sua memória.
- 2) Espaços Tangíveis: locais que tangíveis no presente dotados de importância especial para a Comunidade.
- 3) Espaços Projetivos: locais que de forma projetiva foram colocados no mapa como metas coletivas a serem alcançadas em prol de uma maior visibilidade ao patrimônio cultural da Comunidade.

Cada ponto mapeado recebeu um determinado desenho a ser representado na forma de ícone no produto final. A divisão dos ícones e suas divisões temporais pode ser vista no quadro seguinte (Quadro 1).

Quadro 1 - Elementos do patrimônio cultural de Conceição dos Caetanos.

Espaços da Memória	Espaços Tangíveis	
 Ruínas da Casa de Caetano José da Costa  Espaço onde se situava a primeira Casa de Farinha da Comunidade	 Praça da Comunidade. Centralidade da Comunidade, onde se localiza a Igreja e se realiza a Festa do Zumbi.  Açudes. Espaços associados a natureza e utilizados para o lazer e captação de água.  Igreja de N. Srª. das Graças. Construída coletivamente, é um lugar que carrega a marca do catolicismo na Comunidade.  Pé de Benjamim. Um dos traços marcantes da Praça da Comunidade, é uma das árvores mais antigas, com valor simbólico e ambiental.	 Centro Ed. N. Srª. dos Milagres. Espaço gerido pela Comunidade, onde se oferta o Ensino Infantil e também são realizados eventos e reuniões da Comunidade.  EMEF Caetano José da Costa. Escola que carrega o nome do fundador da Comunidade.  Campo de Futebol de Areia. Espaço de prática de esporte recreativo e competitivo, bastante utilizado pelos moradores locais e de outras localidades.  Clubes de Festas. Espaços de lazer para a realização de festas marcadas pela musicalidade regional.
 Casas de Farinha. Espaços de realização da tradicional farinha-da, econômica e culturalmente importante para a Comunidade.  Casas Antigas. Casas que preservam sua forma original e caracterizam um passado longínquo da Comunidade.  Cemitério da Comunidade. Espaço de memória aos entes falecidos da Comunidade.  Campo de Vaquejada. Espaço que preserva a marca regional desta atividade.	 Cacimbas. Poços cavados com pequena profundidade e que afloram água para consumo.  Cacimbões. Poços artesanais de maior profundidade e porte que também abastecem a Comunidade na ausência de água encanada.  Pontos de Banho. Espaços de acesso ao Rio Mundaú, utilizado para fins de lazer e para abastecimento doméstico.  Pedra do Encanto. Afloramento rochoso que carrega um conto característico da comunidade.	 Tanques. Pequenas fendas naturais de onde se acumula água nos períodos chuvosos, sem a necessidade de intervenção humana.  Posto de Saúde. Representa uma conquista importante para os moradores locais, na questão do acesso à saúde.  Caixa d'água. Representa uma conquista das moradores locais, na questão da distribuição de água para as residências da Comunidade. Também é onde se localiza o ponto de embarque/desembarque dos ônibus que passam pela Comunidade.
Espaços Projetíveis		
 Casa da Memória. Espaço destinado à concentração, preservação e exposição de objetos representativos da história e cultura da Comunidade.  Horta Medicinal Comunitária. Espaço destinado ao resgate, cultivo e compartilhamento de plantas utilizadas pela medicina tradicional, enfraquecida com o passar dos anos na Comunidade.	 Monumento de Caracterização na entrada da Comunidade. Construção, a ser definida, posta próxima ao centro da Comunidade para identificá-la como Comunidade Remanescente de Quilombo  Placas de Sensibilização Ambiental. Materialização da importância de cuidar melhor do Rio Mundaú, evitando a poluição de suas águas e atividades que possam atrapalhar a sua dinâmica.	 Cooperativa do Cajú. Espaço de uso coletivo destinado ao uso do cajú para a produção e comercialização de seus diversos subprodutos.  Cemitério das Crianças. Reforma do chamado Cemitério das Crianças, que encontra-se em estágio de abandono.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Apesar da utilização de diferentes escalas cartográficas para a espacialização dos elementos patrimoniais, esta atividade representou um grande desafio de lidar com o detalhamento de uma quantidade considerável de elementos patrimoniais em uma escala cartográfica relativamente pequena.

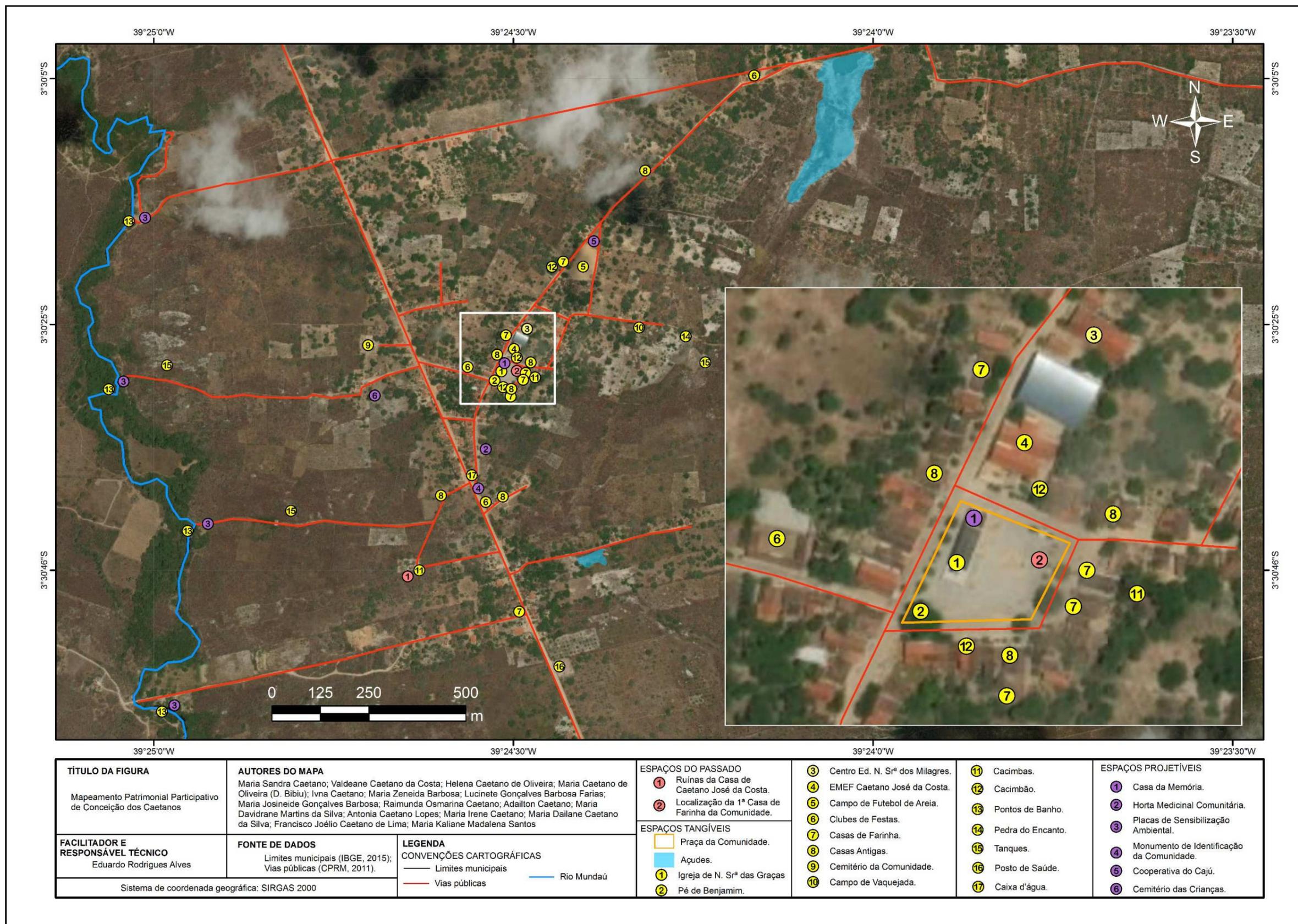
A primeira parte (A) do mapa produzido abrange a Comunidade como um todo, e revelou a importância do Rio Mundaú, com quatro pontos de banho para a comunidade; além de outros pontos como casas de farinha, casas mais antigas da comunidade, elementos

naturais também dotados de valor simbólico e locais de importância para a vida na comunidade.

Já a área central da comunidade, destacada no mapa (B) consta de uma representação gráfica de elementos como a praça central, a Igreja, a demarcação de onde ficava a primeira casa de farinha da comunidade, a Escola e o Centro Educacional da Comunidade (vistos como importantes espaços de preservação da cultura), dentre outros pontos presentes no Quadro 1.

Em ambos os recortes, é possível visualizar os espaços projetivos, a serem construídos futuramente. A plotagem destes elementos no mapa patrimonial (Figura 9) revelou o interesse da Comunidade em se organizar em prol da valorização de sua história e sua cultura, a valorização e o enriquecimento de sua própria identidade. Ademais, esta prática expandiu a relação entre pesquisador e escola e alcançou uma relação entre pesquisador e comunidade, de maneira mais abrangente e envolvendo também alguns alunos da prática anterior.

Figura 9 - Mapa patrimonial participativo de Conceição dos Caetanos.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Outro desafio presente no processo de digitalização dos *overlays* se deu pela existência de elementos culturais elencados, mas que não puderam devidamente ser demarcados no mapa: as músicas criadas pela comunidade, ritualidades celebradas na Festa do Zumbi, alguns artesanatos criados pelas mulheres, a arte de fazer tranças própria da Comunidade, etc. E para representar estes elementos imateriais, construímos um banner contendo o resultado cartográfico do mapeamento participativo e um quadro com os elementos imateriais que compõem o patrimônio quilombola da Comunidade.

No momento de exposição do banner elaborado, tanto para os moradores locais (participantes ou não do mapeamento participativo) quanto para os visitantes que prestigiaram a apresentação do material foi perceptível o reconhecimento da relevância do material construído para o contexto de Conceição dos Caetanos.

Ao longo do trabalho de construção, os participantes reconheceram a atividade do mapeamento como um processo importante para melhorar a articulação dos moradores no que tange a construção dos novos espaços e elementos para a Comunidade. No entendimento de algumas pessoas que prestigiaram o banner: “o mapa servirá para a Comunidade se organizar melhor em torno de suas demandas, principalmente as culturais”; “este trabalho tem uma grande importância para a Comunidade, porque esse tema precisa ser mais desenvolvido aqui”; e “este material (banner) que vai ficar na Comunidade vai ser de muita importância para a Escola, para trabalhar estes elementos patrimoniais com os alunos. Esse tipo de material ainda nunca tinha sido feito aqui e um trabalho dessa natureza é muito importante”.

A reflexão em torno das duas atividades extensivas desenvolvidas ao longo da pesquisa permite-nos considerá-las como possibilidades para o reconhecimento de um patrimônio geoescolar quilombola para o ensino, primeiramente, nas próprias comunidades e, secundamente, no município como um todo. Compreender a dimensão do patrimônio quilombola na esfera do município é fundamental para o seu reconhecimento, visto que sua valorização não se garante apenas pelo reconhecimento interno, em cada comunidade, dos seus elementos patrimoniais, ou do reconhecimento das CRQs enquanto patrimônio cultural.

É preciso que a visibilidade deste patrimônio geoescolar seja percebida no âmbito das escolas municipais como um todo, para que a valorização se torne efetiva na escala municipal. Neste sentido, compreende-se a necessidade de um diálogo maior do município de Tururu em torno das temáticas étnico-culturais com atividades realizadas em parceria com as CRQs do município.

Na condição de pesquisador-licenciando e descendente de moradores de Tururu, foi possível nesta rica experiência perceber diferentes aspectos interessantes que só se fizeram emergir por meio da interface entre uma experiência pessoal com o lugar, envolvendo a esfera particular do pertencimento, e um conjunto de leituras e aprendizagens construídas ao longo do curso de licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Ceará.

Ao longo de toda a construção da pesquisa, nenhum dos lados desta interface se ofuscou o outro. Pelo contrário, a experiência de pesquisar em um lugar já bastante conhecido qualificou ainda mais a percepção sobre o reconhecimento do patrimônio cultural e o papel do professor de Geografia neste percurso.

Por via dos conhecimentos acadêmicos, foi possível vislumbrar fenômenos presentes neste contexto que antes não poderiam ser percebidos com a devida importância, como a relevância dos aspectos patrimoniais culturais e das comunidades quilombolas, respectivamente objeto e sujeitos desta pesquisa; em contrapartida, o conjunto de experiências pessoais com o contexto geográfico pesquisado significou um arcabouço de conhecimentos que não seriam absorvidos por via científica.

Com base nesta reflexão, é possível reafirmar o papel do professor de Geografia, capaz de perceber nuances desta natureza. O professor neste contexto representa um importante agente de mobilização capaz de impulsionar algumas medidas necessárias em prol do (auto)reconhecimento patrimonial das CRQs. Pois o aperfeiçoamento de práticas geoes educativas e da articulação em diferentes escalas citadas é um caminho viável para a valorização do patrimônio quilombola de Tururu.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas reflexões construídas ao longo de cada etapa do trabalho, entende-se que o reconhecimento e a valorização das comunidades quilombolas não se faz efetivar apenas com base na sua capacidade de reivindicação. Neste embate de variáveis, também é preciso considerar o poder de suporte que o poder público (municipal) dispõe para dar o devido reconhecimento e o atendimento que estas comunidades demandam.

Para que se possa chegar a esse reconhecimento, algumas articulações devem ser estabelecidas:

- 1) É preciso fortalecer a articulação das CRQs primeiramente de forma intracomunitária, dialogando e trabalhando de maneira coletiva e progressiva em prol do (auto)reconhecimento cultural;
- 2) É necessário maior empenho para articular relações intercomunitárias, fortalecendo o que pode ser considerado como uma rede de patrimônio quilombola, visando sua preservação a curto, médio e longo prazo.
- 3) A articulação nestes dois primeiros níveis representa uma importante base para o terceiro nível de articulação, que deve se estabelecer entre as CRQs tururuenses e o poder público municipal.

Apesar do estudo em questão tratar da territorialidade e do reconhecimento patrimonial de grupos inseridos no município de Tururu, por via de uma articulação em rede de territórios quilombolas, existe a possibilidade de reivindicar o suporte estatal em outros níveis (estadual e nacional), buscando maior visibilidade para o patrimônio quilombola.

Em outras palavras, a partir de articulações intracomunitárias e da consolidação de uma rede colaborativa entre Conceição dos Caetanos, Água Preta, demais CRQs e outras parcerias, é possível desenvolver estratégias de valorização patrimonial para as comunidades e reivindicar a garantia de políticas públicas e o exercício de cidadania para estes grupos.

A educação geográfica possui importante papel na construção deste (auto)reconhecimento patrimonial. A partir das atividades de Educação Patrimonial e de Mapeamento Participativo, foi possível estabelecer diálogo entre os conhecimentos geográficos e diversos elementos histórico-culturais próprios das CRQs para trabalhar na concepção de um patrimônio geoes educacional quilombola.

Uma importante interface que dá sustentação para estas atividades se dá entre a escola e a comunidade. É por meio deste vínculo que o papel do professor-pesquisador se faz fundamental no processo de construção de saberes contextualizados capazes de balizar

conhecimentos teóricos e exemplos locais práticos por meio da temática cultural, tão importante para as escolas quilombolas. Exercícios como os que foram desenvolvidos neste trabalho demandam, ao mesmo tempo em que reforçam, os vínculos entre escola e comunidade.

Compreende-se, porém, a necessidade de explorar diferentes projetos, práticas e programas de incentivo a valorização do patrimônio quilombola, sobretudo a partir da interação entre os conhecimentos geográficos (aperfeiçoados em práticas geoeducativas) e o contexto das comunidades tradicionais, que incorporam e constroem tais conhecimentos, que compõem uma perspectiva para se compreender sua territorialidade, sua geograficidade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Eduardo Rodrigues; LIMA, Thiago Rodrigues Sousa; SANTOS JUNIOR, Jair Bezerra dos. A influência do Rio Mundaú-CE para uma leitura microclimática na Comunidade de Conceição dos Caetanos: uma abordagem climática e geoambiental. **Revista de Geociências do Nordeste**, Rio Grande do Norte, v. 2, n. 1, p.1-9, jan. 2016. Disponível em: <goo.gl/qtTUyF>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- ANDRADE, Ericka Delania Veríssimo de; CARNEIRO, Andréa Flávia Tenório. A ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS SOB A ÓTICA DO MAPEAMENTO PARTICIPATIVO. **Boletim de Ciências Geodésicas**, Curitiba, v. 15, n. 3, p.410-427, jul. 2009. Disponível em: <goo.gl/842XyS>. Acesso em: 24 out. 2018.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Cartografia étnica: a África, o Brasil e os territórios dos quilombos. In: SILVA, J.B.; LIMA, L.C. e DANTAS, E.W.C. (orgs.) **Panorama da geografia brasileira II**. São Paulo: Annablume, 2006. pp. 199-213.
- _____. **Quilombos: Geografia Africana - Cartografia Étnica - Territórios Tradicionais**. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.
- BERUTTI, Flávio; LISBOA, Andrezza; SANTOS, Igor. **Comunidades Quilombolas: espaços de resistência**. Belo Horizonte: Rhj, 2012.
- BRASIL. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Produtos e Serviços**. Disponível em: <goo.gl/k9vxZp>. Acesso em: 30 nov. 2017.
- _____. **Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003**. Brasília, 20 nov. 2003. Disponível em: <https://goo.gl/3Y9MZr>. Acesso em: 27 jul. 2018.
- _____. **Lei nº 10693, de 9 de janeiro de 2003**. Brasília, 9 jan. 2003. Disponível em: <goo.gl/xz4MJS>. Acesso em: 29 out. 2018.
- _____. Fundação Cultural Palmares. Ministério da Cultura. **CERTIDÕES EXPEDIDAS ÀS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS (CRQs) ATUALIZADA ATÉ A PORTARIA Nº 122/2018, PUBLICADA NO D.O.U DE 26/04/2018**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs>. Acesso em: 18 jun. 2018a.
- _____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Bases Cartográficas: malhas digitais**. 2015. Disponível em: <goo.gl/wR4RPD>. Acesso em: 29 out. 2018.
- _____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <goo.gl/XaqL2y>. Acesso em: 29 out. 2018.
- _____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2018b. **Tururu**. Disponível em: <goo.gl/vX2bU6>. Acesso em: 28 out. 2018.
- _____. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Parecer CNE/CP 003/2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a**

Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: goo.gl/c1nBWQ. Acesso em 23 out. 2018.

CALAÇA, Maria Cecília Felix; DOMINGOS, Reginaldo Ferreira; CUNHA JUNIOR, Henrique. Conceição dos Caetanos: cultura quilombola no interior cearense. In: CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes; SILVA, Joselina da; NUNES, Cicera (Org.). **Artefatos da Cultura Negra no Ceará.** Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 238-255.

CALLAI, Helena. **A formação do profissional da Geografia.** Ijuí: Editora Unijuí, 2013.

CAETANO, Maria Sandra. **O ensino da identidade cultural da comunidade quilombola Conceição dos Caetanos, Tururu-CE.** 2015. 20 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em História, Instituto de Estudos e Pesquisas do Vale do Acaraú, Tururu, 2015.

CEARÁ. INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **.Ceará em Mapas.** 2007. Disponível em: <goo.gl/FB9MNn>. Acesso em: 12 nov. 2018.

CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes. Quilombo: patrimônio histórico e cultural. **Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 11, n. 129, p.158-167, fev. 2012.

CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes; SILVA, Joselina da; NUNES, Cicera (Org.). **Artefatos da Cultura Negra no Ceará.** Fortaleza: Edições UFC, 2011.

FIGUEIREDO, Lauro César. Perspectivas de análise geográfica do patrimônio cultural: algumas reflexões. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 17, n. 1, p.55-70, jan. 2013. Disponível em: <goo.gl/S61AEQ>. Acesso em: 27 jul. 2018.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GIRARDI, Gisele. Mapeamento Participativo, Cartografia Social e Crítica: breves notas para um debate sobre práticas cartográficas escolares. In: AGUIAR, Lígia Maria Brochado de; SOUZA, Carla Juscélia de Oliveira. **Conversações com a Cartografia Escolar:** para quem e para que. São João del-Rei: UFJS, 2016. pp. 83-96.

GORAYEB, Adryane; MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade; SILVA, Edson Vicente da (Org.). **Cartografia social e cidadania:** experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2015.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 400p.

_____. Dos múltiplos Territórios à Multiterritorialidade. In: Heidrich, Álvaro et al. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade:** a resignificação da relação do humano com o espaço. 1ª ed. Porto Alegre (RS): ULBRA e UFRGS, 2008. p. 19-36.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. In: HEIDRICH, A. L. & PIRES, C. L. Z. (orgs.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura.** Porto Alegre: Editora Letra1, 2016, p. 15-33. Disponível em: <goo.gl/BSWv48>. Acesso em 27 nov. 2018.

IPHAN. **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. **Caminhos da festa ao patrimônio geoeeducacional**: como educar sem encenar geografia? Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. 237p.

_____. Geoeducação das representações religiosas. In: **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n.2, p.21-43, mai. 2015. Disponível em: <goo.gl/RQRvmS>. Acesso em 08 nov. 2018.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de; LIMA, Francisco John Lennon Alves Paixão; CARNEIRO, Icla Tamara Alves. Representações do patrimônio na Geografia escolar: o imaginário da festa religiosa cearense no ensino médio. In: **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria v. 17, n. 3, p. 127 - 42, set. 2013. Disponível em: <goo.gl/NPAhoo>. Acesso em: 27 nov. 2018.

PIMENTA, Selma Garrido e LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. Geografia, relações étnico-raciais e educação: a dimensão espacial das políticas afirmativas no ensino. In: **Terra Livre**. Ano 26, v. 1, n. 34. São Paulo, 2010.

_____. **O mundo é grande e a nação também**: identidade e mobilidade em territórios negros. 2000. 167 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. pp. 159-177.

SANTOS, Milton. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1965.

SILVA, Christian Nunes da; VERBICARO, Camila. O mapeamento participativo como metodologia de análise do território. **Scientia Plena**, Aracaju, v. 12, n. 6, pp. 1-12, mai. 2018. Disponível em: <goo.gl/8oJecH>. Acesso em: 09 set. 2018.

**APÊNDICE A - QUADRO DE CRQS CEARENSES CERTIFICADAS PELA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (2018) ATÉ ABRIL DE 2018.**

Nº	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	DATA NO D.O.U	Nº	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	DATA NO D.O.U
1	TURURU	ÁGUA PRETA	10/12/04	26	ARACATI	CÔRREGO DE URBANANAS	04/11/10
2	TURURU	CONCEIÇÃO DOS CAETANOS	10/12/04	27	IPUEIRAS	COITÉ	04/11/10
3	PORTEIRAS	SOUZA	19/04/05	28	QUITERIANÓPOLIS	FURADA	17/06/11
4	HORIZONTE / PACAJUS	ALTO ALEGRE	08/06/05	29	QUITERIANÓPOLIS	SÃO JERÔNIMO	17/06/11
5	CRATEÚS	QUEIMADAS	30/09/05	30	OCARA	MELÂNCIAS	08/11/11
6	AQUIRAZ	GOIABEIRA	06/12/05	31	SALITRE	RENASCER LAGOA DOS CRIoulos	01/12/11
7	AQUIRAZ	LAGOA DO RAMO	06/12/05	32	ITAPIPOCA	NAZARÉ	22/12/11
8	HORIZONTE / PACAJUS	BASE	07/06/06	33	CAUCAIA	BOQUEIRÃO DAS ARARAS	04/04/12
9	TAJÁ	CONSCIÊNCIA NEGRA	13/12/06	34	CAUCAIA	CERCADÃO DO DICETAS	04/04/12
10	COREAÚ / MORAÚJO	TIMBAÚBA	13/12/06	35	CAUCAIA	PORTEIRAS	04/04/12
11	TAMBORIL	ENCANTADOS DO BOM JARDIM	13/12/06	36	CAUCAIA	SERRA DO JUÁ	04/04/12
12	QUITERIANÓPOLIS	GAVIÃO	13/12/06	37	CAUCAIA	CAETANOS EM CAPUAN	03/09/12
13	QUITERIANÓPOLIS	FIDELIS	13/12/06	38	MONSENHOR TABOSA	BOA VISTA DOS RODRIGUES	03/09/12
14	QUITERIANÓPOLIS	CROATÁ	13/12/06	39	MONSENHOR TABOSA	BUQUEIRÃO	03/09/12
15	CATUNDA / TAMBORIL	LAGOA DAS PEDRAS	02/03/07	40	NOVO ORIENTE	BARRIGUDA	30/07/13
16	TAMBORIL	TORRES	16/05/07	41	POTENGI	SÍTIO CARCARÁ	30/07/13
17	CROATÁ / IPUEIRAS	TRÊS IRMÃOS	09/12/08	42	SALITRE	N. SRA. DAS GRAÇAS DO SÍTIO ARAPUCA	30/07/13
18	ARARIPE / SALITRE	SÍTIO ARRUDA	05/05/09	43	SÃO BENEDITO	SÍTIO CARNAÚBA II	30/07/13
19	QUIXADÁ	SÍTIO VEIGA	19/11/09	44	ACARAÚ	CÔRREGO DOS IÚS	10/12/14
20	NOVO ORIENTE	MINADOR	19/11/09	45	ARACATI	CUMBE	10/12/14
21	IPUEIRAS	SÍTIO TROMBETAS	24/03/10	46	PACUJÁ	BATOQUE	10/12/14
22	BATURITÉ	SERRA DO EVARISTO	24/03/10	47	CAUCAIA	SERRA DA RAJADA	07/04/17
23	TAMBORIL	BRUTOS	28/04/10	48	CAUCAIA	SERRA DA CONCEIÇÃO	12/06/17
24	NOVO ORIENTE	BOM SUCESSO	28/04/10	49	CAUCAIA	DESERTO	12/06/17
25	SALITRE	SERRA DOS CHAGAS	28/04/10	50	CAUCAIA	BOQUEIRÃOZINHO	26/04/18

APÊNDICE B - QUADRO DE TÓPICOS PARA A DISCUSSÃO EM TORNO DO AUDIOVISUAL “DOS GRILHÕES AO QUILOMBO”.

TÓPICOS PARA ARTICULAR O DIÁLOGO COM A TURMA (8º ANO)
<p>A CULTURA AFRICANA FOI PROIBIDA PELOS COLONIZADORES, MAS HOUE A INSERÇÃO DE ALGUNS ELEMENTOS AFROS NA CULTURA BRASILEIRA (CULTURA AFRO-BRASILEIRA).</p> <p><i>QUAIS DESTES ELEMENTOS ESTÃO MAIS PRESENTES NA VIDA DE CONCEIÇÃO? QUAIS NÃO EXISTEM MAIS HOJE?</i></p>
<p>OS COLONIZADORES TINHAM MEDO DE QUE OS ESCRAVOS TIVESSEM ALGO QUE OS UNISSEM, ALÉM DA COR DA PELE E DA ESCRAVIDÃO (A LINGUAGEM ERA ESCONDIDA E A RELIGIÃO, DISFARÇADA).</p> <p>EM UMA SITUAÇÃO DE CRISE ECONÔMICA, ERA UMA PREOCUPAÇÃO E AO MESMO TEMPO UMA NECESSIDADE, MANTER OS CASTIGOS E O DESGASTE DOS ESCRAVOS.</p> <p><i>QUERIAM DEIXAR OS NEGROS ENFRAQUECIDOS FÍSICA (CASTIGO) E COLETIVAMENTE (CULTURA); HOJE EM DIA, O QUE ENFRAQUECE A COMUNIDADE DE CONCEIÇÃO? E O QUE OS FORTALECE?</i></p>
<p>OS QUILOMBOS ERAM ESPAÇOS DE LIBERDADE EM UM PAÍS QUE APOIAVA A ESCRAVIDÃO.</p> <p><i>A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ESPACIAL DO QUILOMBO ERA TOTALMENTE DIFERENTE, HAVIAM OS MOCAMBO. A ORGANIZAÇÃO DE CONCEIÇÃO TAMBÉM É DIFERENTE DO CONTEXTO EM QUE SE INSERE? (NÃO) CONCEIÇÃO DOS CAETANOS TAMBÉM É UM ESPAÇO DE LIBERDADE?</i></p>
<p>O QUILOMBO CONSEGUIU RESISTIR A VÁRIOS ATAQUES.</p> <p><i>ASSIM COMO OUTROS MOVIMENTOS DA HISTÓRIA COMO O ARRAIAL DE CANUDOS E O CANGAÇO, MOVIMENTOS QUE TINHAM ALGO EM COMUM: NÃO CONCORDAVAM COM O SISTEMA POLÍTICO VIGENTE EM SEU PAÍS.</i></p>
<p>ASPECTOS GEOGRÁFICOS SOBRE O QUILOMBO DOS PALMARES.</p>
<p>OS REMANESCENTES DE QUILOMBO - OS QUILOMBOS HOJE:</p> <p>ALÉM DE AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS SEREM ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA APÓS A ESCRAVIDÃO, HOJE EM DIA, AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS TAMBÉM SÃO ESPAÇOS ONDE DE (RE)CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE.</p> <p>AS COMUNIDADES REMANESCENTES POSSUEM UMA IDENTIDADE PRÓPRIA, CONSTRUÍDA COMO FRUTO DE SUA ANCESTRALIDADE.</p> <p>ESSA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE PERPASSA PELO TERRITÓRIO EM QUE HABITAMOS. UMA (COMUNIDADE QUILOMBOLA RURAL, É DIFERENTE DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA URBANA, POIS SÃO CONTEXTOS DIFERENTES)</p> <p>A RELAÇÃO DAS PESSOAS COM O SEU ESPAÇO (GEOGRAFIA) NESSE SENTIDO, É FUNDAMENTAL PARA ENTENDER A COMUNIDADE DE CONCEIÇÃO DOS CAETANOS HOJE.</p>

